

Desafios do
Livre Mercado
para o Feminismo

CADERNOS Sempreviva

Uma publicação da SOF – Sempreviva Organização Feminista

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania

1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)
8. A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista (2003)
9. Desafios do Livre Mercado para o Feminismo (2005)

Série Saúde e Direitos Reprodutivos

1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

F233d

SOF Sempreviva Organização Feminista

Desafios do Livre Mercado para o Feminismo /
Nalu Faria (org.), Richard Poulin. - São Paulo :
SOF, 2005.

72 p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série
Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 8).

ISBN 85-86548-11-1

1. Economia 2. Feminismo I. Título

CDU – 339.19

ISBN 85-86548-11-1



9 788586 548116

cadernos sempreviva

Textos para a ação feminista

Desafios do Livre Mercado para o Feminismo

NALU FARIA

RICHARD POULIN


SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

São Paulo, 2005

SOF Sempre Viva Organização Feminista

Diretoria

Presidente: Marilane Oliveira Teixeira
Vice-Presidente: Ângela das Graças Oliveira Santos
1.^a Tesoureira: Maria Luiza da Costa
2.^a Tesoureira: Rosângela Dias Oliveira da Paz
1.^a Secretária: Denise Gomide Carvalho
2.^a Secretária: Ticiane Studart Albuquerque
Conselho Fiscal: Valéria Maria de Massarani Gonelli, Alice Mitika Koshiyama, Anderson de Souza Campos, Jorge Kayano (Suplente)

Composição da Equipe

Equipe Técnica

Nalu Faria (coordenadora geral)
Miriam Nobre
Sonia Maria C. G. Orellana
Neide Yamaguchi
Fernanda Estima
Raquel Oliveira
Elaine Campos Bruno
Julia Ruiz Di Giovanni
Maria Fernanda P. Marcelino

Estagiárias

Renata Moreno
Juliana Lago

Equipe Administrativa

Laís Sales Costa (gerente administrativa)
Helena Rita A. Carvalho

Apoio e Manutenção

Antônio Pinheiro Maciel Filho
Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros
CEP 05417-080 São Paulo SP – Brasil
Tel/fax: (011) 3819 3876
correio eletrônico: sof@sof.org.br
<http://www.sof.org.br>

Edição

Edição de texto e editoração (miolo): Morissawa Casa de Edição
Capa: Carla Sarmento

Esta publicação teve apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll

Impressão

Fabracor Indústria Gráfica Ltda
Tiragem: 2.000 exemplares

SUMÁRIO

- Apresentação 7
- O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas
diante do neoliberalismo – *Nalu Faria* 11
- Quinze teses sobre o capitalismo e o sistema mundial de
prostituição – *Richard Poulin* 40

APRESENTAÇÃO

Este caderno tem duas pontas: a compreensão e a denúncia de como o capitalismo atual se apropria da opressão das mulheres e a trajetória e as lacunas do movimento feminista latino-americano no enfrentamento da ordem capitalista e patriarcal.

O artigo “O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo” foi escrito por Nalu Faria como contribuição ao debate interno na REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia). Segundo a autora a REMTE foi criada no final dos anos 1990 com o objetivo de que as mulheres se apropriassem do debate econômico. Um tema presente era compreender o trabalho das mulheres no contexto das políticas de ajuste estrutural e na intensificação da ideologia e das regras do livre mercado.

As discussões iniciais refletiam uma tensão entre a leitura crítica e a leitura restrita a um balanço entre aspectos positivos e negativos da globalização, como faziam outros setores do movimento, embalados por supostas vitórias nas conferências das Nações Unidas.

O posicionamento da REMTE com base em uma vertente crítica veio sendo fortalecido em seu processo de consolidação. Expressar posições é um aprendizado no movimento feminista. Sabemos do caráter transformador da unidade das mulheres diante da nossa socialização baseada no isolamento e na disputa entre elas pelo pouco espaço e reconhecimento que a sociedade lhes reserva. Mas a construção dessa unidade é uma tarefa política que jamais se fará pela desqualificação das divergências, diluição de posições e despolitização do debate. Para construir e afirmar posicionamentos políticos da REMTE foi necessário resgatar a trajetória do movimento feminista a partir das respostas que este foi dando aos desafios apresentados pela conjuntura.

E, nessa trajetória, perceber a renovação do movimento expressa em novos processos, como a Marcha Mundial das Mulheres e a própria REMTE. Fomos tomando consciência da necessidade e da possibilidade de renovar e de intervir sobre outros temas de outras formas, e não seguir presas à agenda do feminismo hegemônico e seu modo de agir. Por exemplo, debatemos para que a REMTE deixasse de ser parte da Campanha Mulheres de Olho no Banco Mundial, questionando o pressuposto de que as mulheres tinham que participar de todos os espaços para assegurar a transversalidade de gênero.

O acúmulo deste debate nos ajudou em momentos críticos, como em Cancún, na reunião ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio). Organizações mexicanas realizaram o Fórum Direitos das Mulheres nos Acordos Comerciais, antecedendo as atividades propostas pelos movimentos. O próprio título do Fórum indicava uma falta de sintonia com a estratégia, acordada pelos movimentos sociais, de descarrilar a OMC. Integrantes da Rede Gênero e Comércio no México propunham a criação de uma estrutura dentro da OMC para avaliar os impactos de gênero dos acordos. A unidade política construída na REMTE nos permitiu reagir e impedir que esta proposta fosse aprovada: nós não queremos estar em um trem que queremos tirar dos trilhos.

Mais recentemente temos trabalhado com este artigo no Brasil, nos debates internos à Marcha Mundial das Mulheres, e esta recuperação crítica da trajetória do movimento feminista também tem nos ajudado a construir posições.

De meados dos anos 1990 até hoje, o debate no feminismo avançou. Hoje ninguém mais tem coragem de dizer que as mulheres ganham com a globalização, mesmo no campo do trabalho. Assim podemos seguir adiante no debate de posicionamentos a partir de uma questão polêmica no movimento feminista: a prostituição.

Ainda tem força no debate feminista no Brasil a idéia de que a prostituição é uma escolha e está no campo dos direitos individuais. Somam-se a isso as políticas de identidade: você não pode falar sobre prostituição se não é prostituta. Esta visão nos

dificulta construir acordos políticos entre nós que tenham como base não só nossa experiência passada e presente, mas também nossas ações de transformação.

Richard Poulin coloca o debate sobre prostituição em termos com que nos identificamos: a monetarização das relações sociais e a mercantilização da vida acirradas no atual estágio do capitalismo. Esse autor não é só um estudioso do tema. Ele atua com nossas companheiras da Marcha Mundial das Mulheres do Canadá, no CLES (Concertação de Lutas contra a Exploração Sexual). O artigo aqui traduzido e apresentado foi publicado nos cadernos Alternativas do Sul “Prostituição: a globalização encarnada”, editado pelo Centro Tricontinental e Éditions Sylepse.

São interessantes e importantes suas observações sobre a regulamentação da prostituição na Alemanha. Esta experiência é expressamente citada como positiva e como justificativa no Projeto de Lei n.º 98/2003 do deputado Fernando Gabeira. Esse projeto, conhecido como favorável às mulheres que exercem a prostituição, tem no seu centro “a descriminalização das condutas de favorecer a prostituição”, ou seja, considera que “manter casa de prostituição e promover a entrada ou saída de mulher com o fim de exercer a prostituição é consequência lógica de se tornar exigível o pagamento pelos serviços sexuais”. Ou, como expressa o parecer favorável do relator, deputado Chico Alencar, o Projeto de Lei “descriminaliza as condutas de favorecimento da prostituição, casa de prostituição e tráfico de mulheres para exercer a prostituição”. Ou seja, é em verdade favorável aos interesses de empresários e redes que atuam no setor.

Na mesma época em que apresentou seu Projeto de Lei, Fernando Gabeira escreveu vários artigos no Caderno de Turismo do jornal *Folha de S. Paulo*, glorificando o turismo sexual como um “ponto de equilíbrio da economia libidinal”. No seu entendimento, os homens do Norte (ele provavelmente pensava nos alemães) casados com mulheres assexuadas e não-submissas têm demanda por mulheres quentes e submissas. E, assim como ofertamos soja, pasta de celulose, podemos ofertar mulheres e garantir a entrada de divisas no país. Seus artigos eram uma combinação

de sexismo, racismo e de defesa de uma posição subordinada do Brasil na divisão sexual e internacional do trabalho.

O movimento feminista no Brasil terá de se defrontar novamente com essa questão por uma razão inusitada: as mulheres presentes no I Encontro Nacional das Prostitutas, que aconteceu em Teófilo Otoni nos dias 3 a 6 de novembro de 2005, decidiram organizar uma campanha contra a regulamentação e contra o Projeto de Lei n.º 98/2003.

Na viagem da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, a prostituição e o tráfico de mulheres foi tema de denúncia e ações em vários países, tanto no Sul como no Norte. Muitas mulheres trabalhadoras de *maquilas* ou assalariadas agrícolas recorrem à prostituição para assegurar rendimentos mínimos. Essas mulheres são nossas companheiras e queremos que estejam conosco nas lutas por trabalho e condições de vida digna.

Estarms juntas não nos impede de denunciar a moral que limita a sexualidade a uma troca monetária e de favores entre pessoas que não têm o mesmo poder de decisão sobre sua vida ou sobre a vida do outro.

Os artigos de Nalu Faria e Richard Poulin têm em comum o fato de apresentarem de forma precisa seus posicionamentos sobre temas em debate – a trajetória do feminismo latino-americano nos anos 1990 e a prostituição. Essa precisão nos é bastante útil num momento em que, como diz Terry Eagleton¹, o capitalismo já não necessita de nossa cumplicidade para se reproduzir: ele só tem de nos manter em permanente estado de distração. Quanto mais estivermos atentas, ampliando o alcance de nosso olhar sobre a realidade, articulando temas, perspectivas e experiências, e identificando o que está em jogo, mais estaremos próximas de enfrentar os desafios que a conjuntura nos apresenta.

MIRIAM NOBRE

São Paulo, dezembro de 2005.

¹ EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. São Paulo, Jorge Zahar, 1998.

O FEMINISMO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO: PERSPECTIVAS DIANTE DO NEOLIBERALISMO

NALU FARIA

A constituição da chamada segunda onda do movimento feminista na América Latina e Caribe deu-se a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980. Muitas análises têm sido realizadas na região sobre a complexidade desse processo, levando em conta as especificidades de nossa situação política e cultural.

Em vários países latino-americanos e caribenhos esse movimento se formou a partir da existência de grupos autônomos que manifestavam forte crítica à política sexista dos partidos de esquerda e dos sindicatos. Outro setor importante era constituído por militantes partidárias que procuravam combinar sua intervenção no movimento de mulheres com a luta por mudanças dentro dos partidos de esquerda em que militavam. Diversas análises apontam que as tensões iniciais no movimento feminista se davam em torno do debate sobre identidade feminista. Uma das modalidades dessa polêmica se expressa na divisão entre militantes (*políticas*) e feministas (Sternbach et al, 1994:267) ou se refere a uma fronteira entre feministas e não-feministas (Alvarez, 2000:387).

Um aspecto comum a vários países da região é que a ação do movimento feminista articulou-se em um contexto de ditaduras e integrou o processo de luta pela redemocratização, no qual o feminismo construiu relações com outros movimentos sociais. Pode-se dizer que, de forma geral, havia a influência de uma visão socialista e classista, o que levou a definir como prioridade uma ação voltada a disseminar o feminismo entre as mulheres dos setores populares. Mas isso não impediu que surgisse, em vários países, a tensão entre feministas e o movimento amplo de mulheres.

No que se refere aos partidos de esquerda e aos movimentos mistos, estes em geral não reconheciam a importância do feminismo e o consideravam uma luta de caráter liberal da classe média e da pequena burguesia. Embora essa visão tivesse gerado um conflito constante entre as partes, houve, por outro lado, a busca de estratégias para que as mulheres dos setores populares assumissem uma visão feminista.

AS TENSÕES INICIAIS DENTRO DO FEMINISMO LATINO-AMERICANO CARIBENHO

Em geral, os estudos feitos analisaram mais exaustivamente determinados aspectos do movimento de mulheres e, nos últimos anos, teve por foco o feminismo hegemônico. Embora muitos deles reconheçam que, nos anos 1990, as relações de poder dentro do feminismo são desiguais, ainda há pouca visibilidade do pólo considerado minoritário.

Mesmo as análises mais abrangentes ainda não conseguiram expressar vários aspectos desenvolvidos em alguns setores do movimento. Por exemplo, ao colocarem as mulheres de partido como um setor, não captam as diferentes vertentes e suas contribuições, em relação tanto ao contexto

de cada país como também às diferenças e particularidades do posicionamento político.

O desenvolvimento do feminismo nos setores populares e nos sindicatos ainda carece de estudos mais aprofundados, que permitam uma maior compreensão dos processos feministas em nossa região. Ainda prevalece no movimento uma certa diferenciação entre quem é e quem não é feminista. Hoje, certamente, essa diferenciação está diluída, mas talvez tenha sido substituída por uma outra, que se refere a uma hierarquia entre quem é mais ou menos feminista.

Ainda há, no movimento, uma tendência a perceber o feminismo de forma muito intelectualizada, de modo que a maioria das militantes oriundas da classe média não assimilou plenamente o significado da prática feminista das mulheres pobres, a partir de sua luta cotidiana e, claro, de suas experiências formativas, de articulação etc. e, assim, tem uma visão limitada desse segmento majoritário como protagonista da luta feminista. Isso decorre também da insuficiência de compreensão do feminismo enquanto movimento social e da percepção do movimento muito mais do ponto de vista intelectual. Parecem continuar a prevalecer os fragmentos de uma visão ainda preconceituosa em relação aos setores populares e mais próximos da esquerda.

A QUESTÃO DA AGENDA FEMINISTA

Houve, em alguns países, uma grande polêmica em torno do que se chamou de relação entre o específico e o geral. Essa polêmica, que se referia a qual deveria ser o tema do movimento feminista, tinha como determinante a concepção acerca da natureza da opressão das mulheres. O setor para o qual a luta das mulheres deveria enfatizar o aspecto cultural privilegiava a necessidade de uma mudança

de mentalidade, em particular levando à construção de uma consciência feminista a partir dos grupos de reflexão. Nesse setor, as demandas políticas se encaminharam, em sua maioria, para o campo das mudanças legislativas.

É interessante perceber que o conteúdo da luta defendido por grande parte das chamadas “militantes” ou “políticas” – como integrar o feminismo em uma visão global – foi incorporado por amplos setores do movimento vinculado às chamadas “feministas” após a expansão do conceito de gênero e no decorrer dos processos de democratização. Nesse período, diversos setores do movimento fizeram um intenso debate sobre qual deveria ser a ação feminista na democratização, a questão da participação cidadã. Além disso, é importante contextualizar esse debate, que se deu concomitantemente ou como parte do processo de institucionalização e transnacionalização do movimento¹.

Várias análises apontam para a influência socialista no início da segunda onda feminista. Porém esse debate durou pouco e, em alguns países, como o Brasil, levou a que os setores oriundos do autonomismo escolhessem formas organizativas que esvaziaram espaços amplos do movimento de mulheres. Esses setores passaram a articular ações a partir dos grupos prestadores de serviço ou assessoria, os quais se voltaram para a especialização temática e, mais tarde, muitos deles se transformaram em ONGs. Foram os anos do “feministômetro”, em alguns países, ou da “feminista de carteirinha”*,

¹ Sonia Alvarez analisa a “onguização” e a transnacionalização do feminismo latino-americano no artigo “A ‘Globalização’ dos feminismos latino-americanos”, citado na bibliografia.

* “Feministômetro” e “feminista de carteirinha” foram termos usados no contexto da polêmica sobre a existência de um movimento feminista e um movimento amplo de mulheres (não-feminista). O primeiro teve origem entre as organizadoras do II Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, com a preocupação

como é o caso do Brasil. O que é importante demarcar é que, à medida que diminuía o peso do debate sobre a relação gênero e classe, foi havendo uma inflexão na construção da identidade feminista latino-americana e caribenha e se verificando o desenvolvimento de visões liberais sobre direitos.

O que prevaleceu, a partir dessa visão de mudanças culturais, foi o desenvolvimento de uma visão liberal sobre direitos, centrada nos direitos individuais e pouco integrada a um ponto de vista que considera a necessidade de mudanças estruturais. Se, por um lado, havia essa tentativa de análise global e se passava a considerar o geral a partir do conceito de gênero, por outro perdeu-se de vista a discussão da autonomia das mulheres e assumiu-se um discurso normativo geral. Por exemplo, na luta contra a violência, passou-se a enfatizar os custos econômicos, e não mais a autonomia das mulheres.

A RELAÇÃO COM O ESTADO

Mas a grande mudança no desenvolvimento do movimento feminista deu-se nos processos de transição das ditaduras para as democracias. Em vários países, setores do movimento passaram a privilegiar a atuação no interior dos governos².

Vários setores dos movimentos, em primeiro lugar as ONGs, demandaram do Estado atuar por dentro de suas estruturas. No início, as ações foram prioritariamente dire-

justamente de que não houvesse um medidor do ser feminista, mas depois passou a ser usado, geralmente de forma irônica, nos debates críticos a essa definição de dois movimentos ou de uma hierarquia entre as militantes do movimento de mulheres. Já o termo “feminista de carteirinha” era utilizado no Brasil, geralmente em momentos dos debates críticos ou de ironia, em referência a quem era feminista *de fato* no movimento de mulheres. Ainda hoje, às vezes, ouve-se essa referência em frases como “X é feminista, mesmo que não seja de *carteirinha*”.

² *Las Mujeres*, n.º 13, publicado por Isis Internacional, analisa as primeiras experiências sob o título: “Transiciones: Mujeres en los procesos democráticos”.

cionadas para assessorar governos via capacitação de profissionais, implementação de projetos, consultorias. Cabe avaliar qual era a visão de Estado predominante, então, e como o movimento lidou com esse processo de democratização e modernização, mas em Estados que promoviam o ajuste estrutural e fiscal, de caráter neoliberal. Nesse aspecto, a atuação pela implantação de políticas públicas não levou em conta se seu caráter era universal e/ou focal e, portanto, desconsiderou a efetividade de seu alcance em relação ao conjunto das mulheres.

Na maioria das vezes, a relação com organismos governamentais ocupados por feministas foi bastante ambígua. De um lado, acabava existindo uma pressão sobre o movimento para fortalecer as feministas que ocupavam cargos nesses organismos, uma vez que estes não tinham e ainda não têm poder efetivo para implementação de políticas públicas. De outro lado, a conseqüência foi muitas vezes uma fragilização do movimento como força de mobilização e pressão, uma vez que estava sempre em risco a existência de tais organismos.

Nesse processo, aprofundou-se também uma tendência à dependência em relação aos convênios e ao acesso a subsídios governamentais por parte dos grupos com menos sustentabilidade financeira. Porém o acesso a tais fundos tinha como contrapartida, na grande maioria das vezes, que os grupos se tornassem prestadores de serviço, no marco dos programas focais.

A TRANSNACIONALIZAÇÃO NOS ANOS 1990

Durante os anos 1980, o movimento feminista na América Latina e no Caribe foi alvo de atenção em vista do crescimento das organizações de mulheres nos setores po-

pulares e de sua aproximação/incorporação à perspectiva feminista. Já no final dessa década, esse movimento teve um processo cada vez maior de institucionalização, de um lado, via profissionalização das ONGs e, de outro, devido à assimilação dessa temática pelo Estado por meio da criação de estruturas governamentais.

Nos anos 1990, a tendência de homogeneização (dentro do contexto de neoliberalismo e de democratização/modernização dos Estados) obscureceu os setores que defendiam outra visão, que eram minoritários. Isso foi mais grave pelos deslocamentos de posição de muitos grupos feministas, que causaram muita desorientação.

O início dos anos 1990 foi muito marcado pelos debates que se seguiram à queda do muro de Berlim, sem uma posição crítica diante das profundas políticas de ajuste e da implementação do neoliberalismo. A globalização era analisada como um dado irreversível e vista a partir de seus efeitos positivos e negativos sobre as mulheres. Houve o deslocamento de um debate mais geral sobre as mudanças, até mesmo no plano ideológico, para um debate no campo apenas da normatização dos direitos e das propostas de políticas públicas. Foi o momento em que a palavra de ordem era ser propositivo, trabalhar em parceria com os governos e organismos multilaterais, colocando como um grande horizonte o estabelecimento de políticas públicas, mas sem questionar os limites dados pelo modelo de Estado vigente. Portanto, definindo como ação fazer o possível, sem pretender mudanças estruturais. Isso era bastante contraditório, uma vez que o debate geral focava a redução das políticas sociais. Portanto essa visão se reduziu a uma visão de políticas públicas no Estado mínimo, que se limitava a políticas focais realizadas em parceria com a sociedade civil.

Foi nesse ambiente que a ONU (Organização das Nações Unidas) organizou o ciclo de grandes conferências, buscando legitimar-se como a negociadora da agenda social de combate à pobreza intensificada pelas políticas de ajustes neoliberais. Essa era uma forma de se legitimar diante da onipotência do FMI (Fundo Monetário Internacional)-Banco Mundial na gestão do mundo, com suas políticas de ajuste estrutural e de abertura comercial.

A IV Conferência da Mulher, realizada em Pequim, em setembro de 1995, teve grande visibilidade nos meios de comunicação de massa e o sentido que foi sendo dado a essa grande articulação do movimento de mulheres levou milhares a participar do evento, mesmo que não fossem participantes do cotidiano do movimento. O resultado é que o evento teve um impacto enorme em amplos setores para além do movimento de mulheres e se tornou o marco de referência da maioria.

Logo após a Conferência, na qual a dinâmica implementada foi a de garantir o monitoramento da realização de sua plataforma, nem todos esses setores tiveram acesso ao que foi o processo de continuidade, o que trouxe alguma dispersão e também o isolamento de muitos grupos, principalmente dos populares, não vinculados às ONGs. Acrescente-se a isso que, no campo das ONGs, o período pós-conferência (todas e não apenas a de Pequim) foi marcado, de forma explícita ou velada, pela competição em relação a recursos da cooperação. Por outro lado, consideravam-se como grandes avanços as plataformas aprovadas nas conferências da ONU, mesmo que suas definições tenham sido genéricas e sem questionar o fato de que elas não se referem aos aspectos estruturantes das desigualdades.

Do ponto de vista da dinâmica do movimento, na segunda metade dos anos 1990, as ações foram direcionadas para consolidar os chamados avanços das conferências por meio dos processos de *lobby*, monitoramento e consultorias, em particular das ONGs. Foram anos em que prevaleceu um discurso triunfalista do setor que ficou chamado de feminismo institucionalizado. Evidentemente, como o discurso manejado por esse setor nesse momento era mais assimilável foi também mais incorporado pelas instituições, pelos meios de comunicação e até por organizações populares, como sindicatos e partidos de esquerda. Disso resultou um fenômeno novo, em alguns países: justamente as antigas feministas, críticas à proposta de levar essa discussão para as organizações mistas, passam agora a ser suas interlocutoras. Como parte desse processo, essas organizações mistas abandonaram parte de seu discurso e de suas demandas, vinculadas à dimensão de gênero e classe, e passaram a priorizar o tema “mulheres e poder” ou mesmo o discurso de políticas públicas, que se restringia, na verdade, a políticas focais, deixando de lado a discussão de mudanças estruturais.

É possível afirmar que, de certa forma, todo o setor popular do movimento de mulheres foi de alguma forma afetado por essa dinâmica. O discurso pós-conferências da ONU aparecia como o que havia de mais atual e rapidamente surgiu uma tendência a assimilá-lo. Os setores que conseguiam discernir o que estava acontecendo e mantinham seu discurso mais crítico, ficaram muito isolados e considerados utópicos, idealistas etc.

Em síntese, a partir do ciclo de conferências da ONU prevaleceu um discurso triunfalista na maioria do movimento de mulheres. A avaliação era de que se havia conseguido importantes avanços nas plataformas e que as próximas tare-

fas estavam vinculadas a monitorar para garantir a implementação das políticas. Como já apontamos, esse setor do movimento de mulheres não expressava/não trabalhava com uma visão crítica sobre o modelo neoliberal. Esses dois componentes – visão política e discurso triunfalista –, além da desqualificação das vozes críticas, impediram que se debatesse e se construísse de forma ampla uma crítica em relação aos retrocessos ocorridos na vida das mulheres no contexto do neoliberalismo.

Do ponto de vista organizativo, nesse período acirrou-se um problema anterior do movimento de mulheres, cuja fragmentação e a inexistência de espaços consolidados de democracia interna permitiram a uma ONG ou a uma “feminista histórica” assumir a legitimidade para falar em nome do movimento ou até das mulheres em geral, colocando-se portanto como intermediária do movimento em relação ao Estado e às organizações multilaterais. Como as conferências apareciam como o único caminho possível e acertado para o movimento de mulheres, quem estava no centro desses processos ganhou muita legitimidade e autoridade. Em vista disso, a intervenção foi centrada em projetos de monitoramento e *lobby* nos legislativos e nos meios de comunicação de massa. O fato é que todo esse processo desarmou, dispersou e despoliticizou o movimento de mulheres. Enquanto este se concentrou na defesa de normatizações jurídicas e de políticas públicas focais, nestes tempos de neoliberalismo, o mercado reorganizou nossas vidas em todos os níveis, incluindo o subjetivo. Paralelamente e em consequência desse quadro, assistiu-se à imposição de um padrão de beleza estrito e comprado nas clínicas de cirurgia plástica, à medicalização de processos naturais da vida, como a menopausa e a menstruação, à diminuição de direitos trabalhistas, entre outros.

OS IMPACTOS DO LIVRE MERCADO NA VIDA DAS MULHERES

Uma primeira questão que tem merecido análise é a de que uma das conseqüências desse processo de neoliberalismo para o conjunto das mulheres é a existência de uma polarização na qual uma pequena parcela de mulheres obteve ganhos significativos, tanto no mercado de trabalho como no acesso a liberdades individuais e até mesmo à participação na vida pública.

O aspecto mais propalado desse processo é o fato de que, sob as políticas neoliberais, aumentou o trabalho assalariado das mulheres em todo o mundo, com exceção da África Subsaariana (Helena Hirata, 2003:16). É o que Lena Lavinas (1999:40) chamou de empregabilidade feminina, uma vez que a criação de empregos nestes tempos de neoliberalismo e ajuste foi voltada para as mulheres. Isso se deu em função de a mão-de-obra feminina ser considerada adequada para o tipo de emprego ofertado, o emprego *flexível* que, de fato, inclui menos direitos, com o trabalho muitas vezes feito em domicílio, em longas jornadas e sob um ritmo intenso, e não raro sazonalmente.

Na verdade, analisar o emprego feminino leva-nos a perceber a divisão sexual do trabalho como estruturante de uma nova divisão internacional do trabalho. As mulheres estão concentradas nos setores da produção internacionalizados, como a área agrícola dos países produtores de frutas e de determinadas *commodities*, como, por exemplo, aspargo no Peru, castanha na Bolívia, flores na Colômbia, pescado em outros países. Na indústria mexicana, as *maquilas* incorporam a mão-de-obra feminina, em particular jovens em péssimas condições de trabalho, além de submetidas a controle e assédio. É também em regiões de *maquila*, como na fronteira

do México com os Estados Unidos, que se têm verificado práticas de *feminicídio*: centenas de mulheres jovens foram assassinadas nos últimos onze anos, sem esclarecimento algum. Esse fenômeno tem se estendido para outras regiões como, por exemplo, a América Central.

Nestes tempos de neoliberalismo, conhecem-se a diminuição de empregos públicos e de postos de trabalho no setor produtivo, ao lado de um concomitante aumento de vagas no setor de serviços. Esse é outro fator que explica o aumento da PEA (População Economicamente Ativa) feminina. O crescimento do emprego feminino verificado não impede que as taxas de desemprego entre as mulheres sejam mais altas do que as masculinas.

Em vários países da região latino-americana e caribenha, o turismo tem sido a principal fonte de ingressos e, nesse setor, verifica-se uma das mais perversas formas de incorporação do trabalho feminino: o turismo sexual baseado na prostituição e na indústria do entretenimento. Como parte desse mesmo processo, existe um grande fluxo migratório, em particular para os países do Norte, e há que se destacar nele o tráfico de mulheres, do qual já se levantaram dados que demonstram tratar-se da terceira atividade mafiosa em rentabilidade, perdendo apenas para o tráfico de armas e drogas. Segundo o estudo sobre o tema, o tráfico de mulheres é, atualmente, um “negócio” globalizado, com rotas estabelecidas partindo de localidades pobres em direção aos países ricos.

Nas discussões em torno deste tema, encontramos um exemplo de como as visões do movimento de mulheres se diferenciam, como analisado anteriormente. Quanto à questão do tráfico sexual, existe um consenso de que se deve trabalhar para que seja impedido. Já em relação ao turismo sexual e à prostituição, as avaliações de seu significado são

mais polêmicas e diferenciadas, exceto quando essas atividades envolvem mulheres menores de 18 anos, havendo aí um consenso de que elas devem ser coibidas. Um elemento que contribui muito para a polêmica é o fato de que meninas de classe média se prostituem ou trabalham como garotas de programa. Há toda uma discussão sobre tratar-se de uma atividade escolhida voluntariamente, que pode ser exercida por um certo período, ou seja, não se caracteriza como algo que impossibilite a mulher de redefinir sua vida, de modo que ela se configuraria apenas como um trabalho. Mas, nessas e em outras questões, prevaleceu uma visão liberal de direito, sem um questionamento crítico global do modelo e das práticas construídas. Nisso cabe, até mesmo, pensar sobre qual subjetividade se constrói em uma sociedade onde impera o livre mercado e o consumo.

A análise desses temas deve ser feita com base na percepção que se tem do próprio modelo de desemprego e da falta de perspectiva no futuro, que coloca sobre os ombros de cada indivíduo a responsabilidade por sua situação. Ou seja, pela visão liberal, marcada por um modelo competitivo que coloca no consumo a forma de realização no mundo, o indivíduo escolhe seu caminho. Mas o mais importante é que, dentro do modelo globalizado, esses fatos não podem ser considerados isoladamente. É preciso contextualizar o papel que eles cumprem na divisão internacional do trabalho configurada. A situação, ressalte-se, não é fruto de comportamentos individuais, mas da existência de setores de agenciamento, que fazem parte de uma ampla rede de negócios. No que se refere à prostituição, cada menina que faz a “escolha” tem atrás de si uma rede de prostituição organizada.

Entre os fatores que levam as meninas a se prostituírem, além da expectativa de consumo e de o comércio sexual ser

às vezes seu único meio de sobrevivência, há um, de muito peso, que é o tradicional sonho de encontrar um príncipe encantado, no caso um estrangeiro que a levará para a Europa. Além disso, muitas dessas jovens têm em sua história de vida a violência sexual em família.

O tráfico, o turismo sexual e a prostituição de mulheres devem ser analisados sob dois aspectos: o papel que os países onde essas atividades se expandem cumprem na divisão internacional do trabalho e o papel da mercantilização, da coisificação e da alienação do corpo na construção da sexualidade e seus significados. Não se trata, aqui, de reabrir o debate sobre as normatizações vinculadas à sexualidade, mas de refletir sobre a construção social da sexualidade que se verifica no presente. Mais do que isso, trata-se de reafirmar uma visão libertária da sexualidade, baseada na igualdade e no consenso, portanto de crítica à mercantilização e às relações de dominação.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesse contexto de péssimas condições de trabalho, as mulheres enfrentam outros problemas que tornam ainda mais dramática sua situação: o número das que arcam sozinhas com o sustento dos filhos aumentou; são elas que sofrem as conseqüências da diminuição dos serviços sociais e do aumento da violência urbana, incluindo o envolvimento dos filhos com o narcotráfico. Sob esse modelo as políticas públicas perderam o sentido de garantia dos direitos sociais como universais e começaram a ser trabalhadas como políticas focais dirigidas aos mais pobres. Isso ocorre ao mesmo tempo em que a pobreza deixa, cada vez mais, de ser enfocada como um problema econômico, passando a ser

vista como um problema social, e em que os pobres são considerados aqueles que não deram certo sob o modelo econômico atual e são tratados como mais uma patologia social. As mulheres tornaram-se alvo dessas políticas por serem vistas como melhores gestoras dos recursos governamentais. Elas estariam, desse ponto de vista, mais preocupadas com o bem-estar dos filhos do que com o delas próprias, e, por isso, são as beneficiárias de políticas, como renda mínima e microcrédito, e de título de propriedade da casa. Nesse quadro, portanto, percebe-se que são vistas como base em sua responsabilidade para com a família, e não enquanto cidadãs com direito a autodeterminação e autonomia pessoal.

O LUGAR DO CORPO NESSA POLARIZAÇÃO

Essa polaridade tem se expressado nas diferentes formas de lidar com o corpo e na autonomia das mulheres.

Para as profissionais, com uma boa renda, há toda uma parafernália em nome da manutenção de um padrão de beleza vinculado à promessa de eterna juventude que, por sua vez, é associada à possibilidade de realização, de reconhecimento social e de obtenção de prazer e felicidade. As inovações tecnológicas e o discurso sobre modernidade, junto com as ofensivas conservadoras, foram a estratégia para se construir essa imposição de um padrão de beleza associado à magreza e à eterna juventude.

A corrida para a magreza por meio de cosméticos, medicamentos, academias de ginásticas verifica-se em vários países, nos quais também assistimos ao aumento de enfermidades decorrentes da busca do corpo ideal, como a bulimia e a anorexia. Mas a corrida da beleza não pára por aí. A propaganda promete eterna juventude para a mulher que usar

os cosméticos adequados a seu tipo de pele e a sua idade. E se, mesmo assim, ainda não tiver conseguido o corpo ideal, ela poderá recorrer ao silicone, ao botox, às cirurgias plásticas etc. Não é por acaso que, paralelamente a essa situação, assistimos ao aumento da depressão e a uma constante insatisfação diante da vida por parte de muitas mulheres.

Nesse contexto, outro campo de ofensiva contra a autonomia das mulheres é a medicalização e a intervenção sobre seu corpo e seus processos biológicos. Toda uma geração de feministas acreditava ter sido possível mudar a relação das mulheres com a menstruação, no sentido de considerá-la um processo natural da vida, e, mais do que isso, que a desconstrução de nossa subordinação passava pela reconstrução de nossa auto-estima e por gostar de nosso corpo. Hoje, a menstruação é o tempo todo apresentada como algo ruim, que nos descontrola, produz TPM (síndrome de tensão pré-menstrual), e, a cada momento, descobrimos mulheres com uma TPM que antes não tinham e ainda inúmeras jovens com uma vivência negativa da menstruação. Essa situação, mais do que a considerá-la real ou irreal, nos leva a questionar: por que tantas mulheres hoje afirmam ter, e de fato têm, mais problemas com a menstruação? Isso seria fruto dos hormônios ou de um processo muito mais complexo, que envolve vários fatores?

Não se trata aqui de desenvolver as hipóteses sobre essa problemática, mas, dentro dos objetivos deste artigo, assinalar que a resposta dada pela medicina, apoiada e divulgada pelos meios de comunicação, é de medicalização e de intervenção sobre o corpo das mulheres. Uma intervenção que interfere no ciclo biológico, incluindo até mesmo a supressão da menstruação, e que tem sido cada vez mais utilizada como método anticonceptivo, por meio dos implantes

hormonais. O método utilizado baseia-se nos mesmos hormônios artificiais, já tão denunciados, presentes na pílula anticoncepcional e que podem trazer problemas de saúde. Mas outra vez recorrem a uma suposta modernização e dizem que agora já não oferecem mais riscos.

E foi essa mesma lógica que construiu todo o discurso em torno da chamada TRH (terapia de reposição hormonal), utilizada quando as mulheres estão próximas da menopausa. Para convencer o público-alvo, a TRH foi apresentada como meio de evitar doenças cardiovasculares, osteoporose e os chamados sintomas da menopausa, e, ainda, de manter a juventude. Em seu *Boletim Mulher e Saúde* número 23, a SOF advertia que ainda não havia estudos suficientes para apoiar tais afirmações e que, somente após os resultados de uma pesquisa em desenvolvimento nos Estados Unidos, seria possível ter pelo menos alguma segurança ou não a respeito de tais benefícios. Pois bem, a pesquisa foi suspensa três anos antes do término previsto e demonstrou que as mulheres tratadas com os comprimidos à base de hormônios mostravam-se mais suscetíveis a derrames, infartos do coração, trombose e câncer de mama.

Mais uma vez o corpo e a vida das mulheres foram e continuam sendo usados em nome dos interesses dos grandes laboratórios, alguns dos quais, aliás, para nossa surpresa, são os mesmos que produzem sementes transgênicas.

É nesse contexto, também, que as novas tecnologias reprodutivas têm se desenvolvido, não só redefinindo o corpo da mulher na reprodução, como estendendo a possibilidade de gestação após a menopausa. A forma como esse tema tem sido tratado evidencia, no suposto discurso da modernidade, a hipocrisia em relação ao aborto. Na questão dessas novas tecnologias o suposto avanço científico não se pauta na ética

nem nos mesmos conceitos de origem da vida, como acontece no caso do aborto.

O fato de um setor hegemônico do movimento de mulheres ter mantido durante mais de uma década um posicionamento ligado a um discurso governamental e dos organismos multilaterais, de defesa da equidade de gênero, dificultou durante toda uma década a possibilidade de uma análise crítica, mais ampla, de todo esse processo. Esse setor do movimento de mulheres, que havia investido quase toda sua energia nessa estratégia de garantir os direitos a partir de seu reconhecimento nos acordos internacionais, ou seja, sendo parte do chamado espaço de poder central, agarrou-se à defesa das conquistas feitas e de não deixar que estas retrocedessem.

Ainda hoje existem discursos contraditórios sobre a situação das mulheres, como o de que elas avançaram no reconhecimento de direitos, de um lado, e de que tiveram sua pobreza aumentada, de outro. Porém o que houve de fato foi a perda de direitos. Basta levar em conta a redução do número de trabalhadoras com seguridade, a diminuição dos serviços públicos, a falta de soberania e de autodeterminação.

A perda de radicalidade no movimento feminista contribuiu para o enfraquecimento da capacidade do movimento de mulheres de responder coletivamente às políticas que fizeram crescer as desigualdades e a discriminação. É importante extrair como consequência desse processo que não é mais possível manter essas avaliações lineares de que há uma evolução positiva da situação das mulheres nos últimos cinquenta anos. Portanto cabe entender a complexidade da situação atual e considerar as derrotas e os retrocessos que o neoliberalismo impôs à vida das mulheres. Isso exige do feminismo um balanço crítico dessa visão linear dos avanços

das mulheres. Por isso um dos temas a serem tratados é o fato de que, pela primeira vez na história, há mulheres que são, elas próprias, a personificação do capital, e não mais mediadas por seus pais, amantes ou maridos. Isso coloca de forma direta o aumento da contradição e dos conflitos de interesses entre as mulheres.

NOVAS DINÂMICAS E NOVAS POSSIBILIDADES

O que foi ficando evidente é que essa posição, que se tornou majoritária e até mesmo hegemônica no feminismo latino-americano e caribenho nos anos 1990, resultou de muitas mudanças no interior do movimento. Quanto aos fatos, houve deslocamentos de posições, formação de novas alianças e, portanto, rupturas em relação a alianças anteriores. Quanto à visão crítica, ficou nítida na região o chamado feminismo autônomo. Mas evidentemente havia muitos outros grupos que não compartilhavam integralmente da posição majoritária e, por isso, nas coordenações ou fóruns preparatórios, conviveram diferentes pontos de vista.

Enquanto havia um debate cristalizado nos espaços gerais do movimento de mulheres, era natural que novas dinâmicas se formassem, seja para buscar respostas a demandas que não estavam sendo respondidas, seja para encontrar novas formas organizativas nas quais pudessem construir novos processos, como, por exemplo, a REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia), a MMM (Marcha Mundial das Mulheres), a ASC (Aliança Social Continental), entre outras. É interessante ressaltar que algumas dessas organizações, como a REMTE e a MMM, já estavam presentes no Fórum paralelo, em Pequim, onde houve oficinas em que se debateram suas propostas.

A REMTE foi fundada em 1997 e a MMM realizou seu primeiro encontro em 1998, porém ambos os eventos foram precedidos de um intenso processo de articulação.

Um dos grandes méritos da REMTE foi escolher o tema do trabalho das mulheres, dando-lhe uma perspectiva política que considerava a articulação entre produção e reprodução. Nessa perspectiva, a primeira investigação coletiva da Rede, organizada em seis países, já demonstrava o sentido de sua posição política ao escolher como tema as condições de trabalho das mulheres, no auge do neoliberalismo na região, onde predominava a visão de que não era possível pensar em emprego para todos(as) e a maioria das propostas se concentrava em políticas focais, lançando sobre as(os) trabalhadoras(res) a responsabilidade por sua condição de desemprego. Essa posição da REMTE foi particularmente importante, pois, nesse momento, setores do movimento de mulheres argumentavam que a globalização ampliava o emprego para as mulheres. O estudo da Rede demonstrou quais eram as condições de emprego para as mulheres que ingressavam no mercado de trabalho: justamente os precários e sem direitos.

Outra ação dessa organização foi seu engajamento em campanhas que abordavam os temas macroeconômicos em uma perspectiva de questionamento do neoliberalismo, inicialmente contra o pagamento da dívida externa e posteriormente contra a formação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Desde o início de suas atividades a REMTE se engajou na construção da Marcha Mundial das Mulheres, uma ação do movimento feminista internacional que se iniciou como uma campanha de combate à pobreza e à violência contra as mulheres.

Mais tarde, as duas organizações atuaram juntas pela construção do processo FSM (Fórum Social Mundial). E foi essa participação que trouxe novas possibilidades de articulação, colocou novas exigências, potencializou a intervenção crítica ao capitalismo neoliberal e ampliou as possibilidades de se trabalharem as conexões entre esse modelo e as imposições que o livre mercado tem feito às mulheres, resultando até mesmo em retrocessos em termos de direitos conquistados e na diminuição da autonomia e das possibilidades de autodeterminação das mulheres.

Nessa nova dinâmica, verificou-se também a inserção das mulheres na Aliança Social Continental, iniciada em 1998, no Chile, durante a Cúpula dos Povos. A finalidade da ASC é debater um projeto de integração alternativa para as Américas, e ela tem sido uma das principais articuladoras da campanha contra a Alca no continente.

A Marcha Mundial das Mulheres iniciou como uma campanha contra a pobreza e a violência contra as mulheres, em 8 de março de 2000. Sua principal ação internacional foi um abaixo-assinado contendo dezessete reivindicações relacionadas à erradicação da pobreza e da violência sexista. As mais de 5 milhões de assinaturas foram entregues na sede da ONU em 17 de outubro de 2000, quando foram realizadas manifestações em Nova York e em vários países. Nos dias anteriores, 30 mil mulheres reuniram-se em Genebra e houve uma passeata em Washington antecedendo as audiências no Banco Mundial e FMI.

Em 2000, mais de 6 mil grupos de 161 países e territórios aderiram à MMM, demonstrando a amplitude dessa proposta. Em muitos desses países, segundo avaliação de suas participantes, a adesão significou a retomada da mobilização e da articulação do movimento de mulheres. Esse foi o principal

motivo para a proposta feita por muitos deles de que a MMM se transformasse em uma ação e articulação permanentes.

Na ASC, desde o início, as mulheres se organizaram como grupo temático com a tarefa de escrever o capítulo sobre gênero para o documento geral sobre alternativas para a integração americana. Posteriormente essa participação foi se definindo a partir das redes e articulações presentes em seu interior: a REMTE, a Rede Internacional sobre Gênero e Comércio e a MMM, que se organizavam com reuniões paralelas durante eventos da ASC. Em 2002, houve um encontro na República Dominicana que definiu um plano de trabalho para o coletivo de mulheres da Aliança.

No processo de organização do FSM (Fórum Social Mundial), desde sua gênese, algumas organizações do movimento de mulheres participaram, como, por exemplo, a MMM, que esteve presente na reunião em Genebra e no fórum paralelo a Copenhague +5. À medida que a organização preparatória da primeira edição do FSM avançava, outras organizações de mulheres brasileiras se aproximaram e isso, depois, veio a se configurar como outras articulações internacionais dentro do Fórum. No primeiro FSM (Porto Alegre, 2001), a MMM apareceu com grande destaque como articulação feminista, fazendo parte de uma das conferências e da teleconferência que opôs representantes do FSM aos do Fórum Econômico Mundial, em Davos.

Várias redes feministas passaram a compor o Comitê Internacional do FSM, constituído em 2002. Elas são percebidas como duas articulações, e isso se expressa nas opções de como participar durante a realização dos eventos e também na forma que cada uma tem de si como construtora do Fórum ou como um espaço onde se disputa a incorporação

de propostas. Evidentemente dentro do FSM se expressam várias outras organizações feministas, com suas agendas e visões específicas. Mas é importante afirmar que a partir dele houve uma mudança de dinâmica que fez com que os vários campos dos movimentos sociais, inclusive o feminista, tivessem de se reposicionar, mesmo implicando um processo de disputa sobre o alcance e o papel do Fórum.

Para a MMM, a participação no FSM (desde a reunião em Genebra, onde foram construídos os primeiros acordos), possibilitou ampliar sua própria visibilidade e articulação, e expressou seu envolvimento e compromisso com o movimento antiglobalização. Fazendo parte do Fórum e da Rede de Movimentos Sociais, a Marcha permitiu intensificar debates antes muito restritos, como, por exemplo, sobre a mercantilização do corpo e da vida das mulheres.

UMA BREVE AVALIAÇÃO DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A Marcha Mundial das Mulheres se constituiu como uma das mais importantes articulações do movimento feminista nos últimos anos. Um aspecto central para essa análise é o fato de ter possibilitado uma recomposição do movimento de mulheres a partir de uma mudança de agenda. Desde o início, colocava uma crítica global ao capitalismo e ao neoliberalismo. Em pleno processo de Pequim +5 (avaliação da IV Conferência da Mulher), ela propôs uma grande mobilização que se diferenciava pelo método de organização e pela plataforma. Foi uma das primeiras manifestações mundiais a criticar abertamente o neoliberalismo e a propor mudanças estruturais, questionando também o sistema capitalista como um todo, e não apenas sua face neoliberal. Sua articulação foi uma ação importante onde se pôde con-

cretizar essa opção e recolocar de forma massiva o debate sobre gênero e classe. Foi, portanto, parte integrante do movimento antiglobalização, que teve nas manifestações em Seattle um de seus marcos de constituição.

A MMM tornou-se na América Latina e no Caribe uma alternativa ao processo de institucionalização e de perda de radicalidade, retomando a idéia de auto-organização das mulheres, de mobilização, de fazer a luta feminista vinculada à luta anticapitalista, recolocando as questões de gênero e de classe como co-extensivos, e a necessidade de transformação global do modelo, sem abandonar outras questões como raça/etnia, juventude etc.

Com a Marcha, retomou-se a mobilização nas ruas, a organização ampla das mulheres desde a base, articulando o nível local ao internacional; construíram-se e reforçaram-se alianças com vários movimentos sociais. Houve um crescimento de legitimidade perante outros movimentos mistos, a partir da participação no plebiscito da dívida externa e, posteriormente, na campanha contra a Alca.

Em 2005, a MMM realizou outra ação mundial, que teve início no 8 de março, no Brasil, e percorreu o mundo em uma marcha de revezamento que terminou no dia 17 de outubro, em Burkina-Faso (África). A Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade foi elaborada para essa ação que expressa a visão da MMM sobre a construção de um outro mundo. Ao mesmo tempo em que a Carta percorre o trajeto definido, uma imensa colcha-de-retalhos foi construída, com cada país criando um retalho com sua representação do significado da Carta.

As ações de 2005 confirmaram e consolidaram a legitimidade da MMM ao longo destes cinco anos, ancorada no processo de organização e mobilização, em seu posiciona-

mento político e na relação de alianças construídas com diversos outros movimentos sociais, bem como em seu envolvimento em processos mais amplos de organização e luta, como o FSM e a Rede de Movimentos Sociais.

DESAFIOS E PROPOSTAS

Os desafios para a retomada com força da luta social ancorada na construção de um pensamento crítico apareciam como enormes. Os obstáculos eram muitos, a começar por como construir um discurso crítico que se contrapusesse à ofensiva conservadora. A política neoliberal havia destruído a idéia de políticas públicas universais que garantissem os direitos sociais e imposto modelos de atenção de baixo custo, mais uma vez utilizando o trabalho das mulheres como forma de complementar o Estado.

A construção de uma visão crítica encontra obstáculos na força que a atual sociedade de mercado ainda tem sobre as consciências, e o desafio é, portanto, construir um discurso que seja apreendido por amplos setores populares e da juventude.

Porém, desde o início dos 2000, vivemos um momento de recomposição de um movimento internacional, no qual se percebe mesmo a emergência de uma nova geração política. Essa recomposição teve por base um posicionamento crítico em relação ao atual modelo econômico que constituiu o chamado movimento antiglobalização. O Fórum Social Mundial tem sido o espaço para onde convergem as diversas iniciativas, mas engloba também outros setores, até aquele que estamos chamando aqui de setor hegemônico do feminismo ou de feminismo institucionalizado. Portanto a disputa de projetos também está colocada nesse espaço.

Mas o mais importante a ressaltar em relação a esse fato é que a força do movimento antiglobalização recolocou para esses setores a necessidade de se reposicionarem.

Do ponto de vista do movimento feminista, a nova dinâmica criada a partir da organização da MMM e da organização das mulheres na campanha contra a Alca apontou para a ruptura com a situação anterior, na qual a ação do movimento de mulheres enquanto parte da luta social havia perdido força. Estamos tendo continuamente notícias da entrada de jovens nesse novo momento do movimento de mulheres, os laços entre as urbanas e as rurais têm se estreitado e vem crescendo a legitimidade da agenda feminista perante outros movimentos sociais.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o protagonismo das mulheres em temas estratégicos, como a campanha das integrantes da Via Campesina pela preservação das sementes ou a experiência da Marcha das Margaridas, no Brasil, que tem mobilizado trabalhadoras rurais que construíram uma agenda abrangente.

Nesse momento de recomposição, observamos avanços em alguns setores e temas como, por exemplo, a crítica ao neoliberalismo, que se expressa na contraposição aos tratados de livre comércio e na afirmação da soberania alimentar. Mas a construção de um posicionamento crítico global ao modelo presente, atualizando uma visão feminista da situação das relações de gênero (em resposta ao retrocesso), permanece como um desafio central. Isso implica análise política, construção de um discurso e a articulação de ações de rebeldia-construção de postura alternativa ao que se coloca hoje como o modelo de feminilidade, nas exigências do mercado de trabalho, na maternidade, no padrão de consumo, na banalização da sexualidade, ou seja, nos re-

quisitos para constituir o modelo atual de mulher. Esse quadro recoloca o debate sobre identidade, autonomia e autodeterminação, muito presente no feminismo dos anos 1960 e 1970, mas que perdeu espaço na agenda feminista dos últimos anos.

Para as mulheres que atuam com o tema da economia, é um desafio articular os objetivos permanentes e uma visão global da luta feminista, por exemplo, em nossas atividades de formação de lideranças. Esse desafio inclui também, por exemplo, um questionamento do tráfico de mulheres e do aumento da prostituição como estruturadores do atual modelo de sociedade: capitalista, patriarcal, heterossexual, racista. Significa perguntar pelas implicações da divisão sexual do trabalho na relação produção e reprodução, na heterossexualidade, ou seja, supõe trabalhar a agenda feminista em uma abordagem global.

Quanto ao tipo de movimento a ser construído, é necessário, em primeiro lugar, extrair lições a partir do balanço, reconhecendo que as normatizações jurídicas são apenas um aspecto de nossa luta, a qual deve estar articulada com a mobilização por mudanças estruturais, políticas, culturais e simbólicas. Por isso é fundamental a construção de movimentos de mulheres enraizados na sociedade e com base social ampla. Isso exige o desencadeamento de ações, em espaços de articulação amplos e democráticos, combinadas com uma política de formação de lideranças e mecanismos de circulação de informação. Além disso, é imprescindível a permanente articulação com outros movimentos sociais para a construção substantiva de um projeto alternativo de sociedade.

Por fim, colocam-se os desafios em relação ao FSM, que neste momento avança rumo à internacionalização. O debate está em como avançar no sentido da construção de um

projeto que se expresse nas lutas cotidianas dos movimentos sociais. Além disso, tanto a REMTE como a MMM têm um papel determinante para que, nesse debate do FSM, seja incorporada uma visão feminista que integre a compreensão da globalização neoliberal e das relações desiguais entre homens e mulheres.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Sonia. A globalização dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia e ESCOBAR, Arturo (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000. p. 383-426.
- . Em que *Estado* está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com perspectiva de gênero. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia e NOBRE, Miriam (orgs). *Gênero nas políticas públicas*. São Paulo, SOF, 2000. (Col. Cadernos Sempreviva.)
- KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marilane et alii (orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, Coordenadoria Especial para as Mulheres, 2003. Caderno 3.
- HIRATA, Helena. Os paradoxos da globalização. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs). *O trabalho das mulheres*. São Paulo, SOF, 1999. (Coleção Cadernos Sempreviva.)
- . Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: TEIXEIRA, Marilane et alii (orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, Coordenadoria Especial para as Mulheres, 2003. Caderno 3.
- LAVINAS, Lena. Empregabilidade: uma noção conjugada no feminino. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs). *O trabalho das mulheres*. São Paulo, SOF, 1999. (Coleção Cadernos Sempreviva.)
- RODRÍGUEZ, Regina (org). “Transacciones: Mujeres en los procesos democráticos”. *Ediciones de las Mujeres*, n. 13. Isis Internacional, Chile, 1990.
- STERNBACH, Nancy; NAVARRO-ARANGUREN, Marysa; CHUCHURYK, Patrícia e ALVAREZ, Sonia. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. In: LAVINAS, Lena (org). *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, n. 2, Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ, 1994.

QUINZE TESES SOBRE O CAPITALISMO E O SISTEMA MUNDIAL DE PROSTITUIÇÃO*

RICHARD POULIN**

A globalização neoliberal é hoje o fator dominante na decolagem da prostituição e do tráfico de mulheres e crianças para esse mesmo fim. Aumenta as desigualdades e explora os desequilíbrios entre os homens e as mulheres, aos quais fortalece singularmente. Está encarnada na mercantilização dos seres humanos e no triunfo da venalidade sexual. Essa indústria situa-se na confluência das relações comerciais capitalistas e da opressão das mulheres, dois fenômenos firmemente entrelaçados. Construído em torno de quinze teses, este texto procura esquematicamente colocar em evidência certos elementos de análise necessários à compreensão da globalização das indústrias do sexo.

1. A GLOBALIZAÇÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DO SEXO SÃO DOIS FENÔMENOS ESTREITAMENTE IMBRICADOS

A prostituição adquiriu um caráter de massa e se espalhou pelo mundo inteiro. A pornografia está amplamente difundida nas sociedades. As cifras dessas indústrias são colossais:

* Reproduzido de “Prostitution: la mondialisation encarnée; points de vue du Sud”. POULIN, Richard (coord.). *Alternatives Sud*, vol. 12-2005/3. Centre Tricontinental et Editions Sylepse, Louvain-la Nelve, Paris, 2005. Traduzido por Mitsue Morissawa.

** Professor de Sociologia na Universidade de Ottawa (Canadá) e autor de *La mondialisation des industries du sexe* (2005).

estima-se que, em 2002, a prostituição gerou lucros de 60 bilhões de euros e a pornografia, 52 bilhões (Dusch, 2002, 109 e 101); a cifra dos negócios das agências de turismo sexual operando pela Web é avaliada em 1 bilhão de euros por ano; os lucros do tráfico para fins de prostituição são avaliados entre 7,8 e 13,5 bilhões de euros por ano (Konrad, 2002). São dezenas de milhões os seres humanos, principalmente as mulheres e as crianças, submetidos à alienação do comércio de seu sexo. Em 2001, o número de pessoas prostituídas no mundo era estimado em 40 milhões (Healy, 2003). A clientela cresce a um ritmo sustentado. A cada ano, cerca de 500 mil mulheres vítimas do tráfico para fins de prostituição são colocadas no mercado da venalidade sexual nos países da Europa Ocidental¹; 75% do total das mulheres vítimas desse tráfico têm 25 anos no máximo e uma proporção indeterminada mas muito significativa delas é constituída de menores. Em âmbito global, o número de mulheres e crianças traficadas anualmente atinge cerca de 4 milhões.

Durante a década de 1990, somente no Sudeste Asiático houve três vezes mais vítimas dessa espécie de tráfico que durante todo o período em que se verificou o comércio de escravos africanos. Segundo Pino Arlacchi (apud Demir, 2003), do Escritório das Nações Unidas para Controle de Drogas e Prevenção ao Crime, o tráfico negreiro produziu 11,5 milhões de pessoas submetidas à escravidão num período de 400 anos, enquanto aquele voltado à prostituição fez, em dez anos e somente na região do Sudeste Asiático, 33 milhões de vítimas. Nas três últimas décadas, os países do hemisfério Sul conheceram um crescimento vertiginoso

¹ De acordo com diferentes fontes, entre as quais a Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Oportunidades, do Parlamento Europeu (2003), e a Europol (2001).

da prostituição e do tráfico de mulheres e crianças para esse fim. Desde pouco mais de uma década tem sido igualmente o caso dos países da extinta União Soviética e das Europas Oriental e Central, assim como dos Bálcãs. Os seres humanos atingidos por esse negócio são nitidamente mais numerosos que os traficados para fins de exploração doméstica ou de mão-de-obra barata. Estima-se que, do comércio de seres humanos, 90% destes são destinados à prostituição (Eriksson, 2004).

A tendência é prostituir crianças cada vez mais jovens, assim como utilizá-las na pornografia. O fato de a prostituição de crianças de 12 ou 14 anos ser legal ou não em nada interfere nos aspectos éticos implicados nessa mercantilização do sexo. A indústria da prostituição infantil explora 400 mil crianças na Índia, 100 mil nas Filipinas, entre 200 mil e 300 mil na Tailândia, 100 mil em Taiwan, entre 244 mil e 325 mil nos Estados Unidos. Na China, há entre 200 mil e 500 mil crianças prostituídas e, no Brasil, entre 500 mil e 2 milhões. No Camboja, cerca de 35% das pessoas prostituídas têm menos de 17 anos e, das albanesas colocadas em atividade na Europa, 60% são menores². Alguns estudos estimam que, no decorrer de um ano, uma criança prostituída vende seus “serviços sexuais” a 2 mil homens (Robinson, 1998). Um relatório do Conselho da Europa calculou, em 1996, que 100 mil crianças da Europa Oriental atuavam nesse “negócio” na Europa Ocidental. Durante o II Congresso contra a Exploração Sexual de Crianças com Fins Comerciais, que teve lugar em Yokohama, Japão, a Unicef (2001) avaliou em mais de 1 milhão

² Cada um desses dados apóia-se em fontes que seria fastidioso citar no texto. Os leitores podem consultar meu livro (POULIN, 2005), onde eles são detalhados.

o número de crianças – principalmente do sexo feminino – prostituídas pela indústria sexual. Em 2004, essa cifra atingia cerca de 2 milhões. Hoje, pelo menos 1 milhão está no Sudeste Asiático, onde os países mais envolvidos são a Índia, a Tailândia, Taiwan e as Filipinas.

A indústria da prostituição representa 5% do PIB dos Países Baixos e entre 1 e 3% do Japão; em 1998, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a prostituição representava entre 2 e 14% do conjunto das atividades econômicas da Tailândia, da Indonésia, da Malásia e das Filipinas (Lim, 1998). A indústria da pornografia é o terceiro ramo industrial mais importante da Dinamarca e conheceu um desenvolvimento fulgurante na Hungria, tornando-se uma das áreas preferidas pelos cineastas. As indústrias do sexo são doravante valiosas – algumas dentre elas são multinacionais cotadas na Bolsa – gerando lucros fabulosos e receitas importantes em divisas fortes. Pelo efeito que têm sobre a balança de pagamentos e, conseqüentemente, sobre as contas correntes nacionais, elas são consideradas vitais para a economia de diversos países. A prostituição faz parte até mesmo da estratégia de desenvolvimento de certos Estados. Além disso, sob a obrigação de reembolso da dívida externa, numerosos países da Ásia foram estimulados pelos organismos internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial – dos quais tomaram vultosos empréstimos – a desenvolver suas indústrias de turismo e lazer. Em qualquer dos casos, o impulso a esses setores permitiu que a indústria do comércio sexual alçasse vôo.

Em certos países, como o Nepal, mulheres e crianças foram colocadas diretamente nos mercados regionais ou internacionais (notadamente o indiano e o de Hong Kong), sem que o país conhecesse uma expansão significativa da

prostituição local. Em outros, como a Tailândia, o efeito foi o desenvolvimento simultâneo dos mercados local, regionais e internacionais. Em todos os casos, observa-se que essas “mercadorias” migram das regiões de baixa concentração de capital em direção às de maior concentração. Assim, por exemplo, estima-se que há dez anos 200 mil mulheres e meninas de Bangladesh foram vítimas do tráfico para fins de prostituição dirigido ao Paquistão; de 20 mil a 30 mil pessoas prostituídas da Tailândia são de origem birmanesa; e 150 mil pessoas prostituídas provenientes das Filipinas, de Taiwan, da Tailândia e da Rússia foram colocadas no Japão.

2. AS POLÍTICAS LIBERAIS PARTICIPAM DA DECOLAGEM DAS INDÚSTRIAS DO SEXO

Com o triunfo dos valores liberais no processo atual de globalização, o sexo tarifado, assim como sua representação, a pornografia, conheceram nas últimas décadas uma normatização. A submissão às regras do mercado e às leis contratuais liberais de comércio implica uma aceitação cada vez mais ampliada da prostituição, que é, doravante, uma “profissão como qualquer outra”, um simples “trabalho do sexo” e até mesmo um “direito” ou uma “liberdade” para um significativo número de Estados e organizações. Desde o início deste milênio, alguns Estados passaram a regulamentar (legalizar) a prostituição (Países Baixos, Suíça, Austrália, Nova Zelândia etc.). Em nome da “autonomia” das pessoas e do direito de “controlar seu próprio corpo”, defende-se o “direito” à prostituição e ao tráfico de mulheres para fins de prostituição. Essa ideologia liberal se impôs pouco a pouco. Durante muito tempo, ela não pareceu normal, moral ou “natural” como é percebida agora. Foram necessárias mu-

danças profundas e um conjunto de condições propícias à sua formulação enquanto “liberdade”. Essas mudanças devem-se tanto ao crescimento das indústrias do sexo quanto à globalização neoliberal, dois fenômenos estreitamente imbricados. Jamais na História a venalidade sexual foi assim tão ampla, profunda e banalizada. As perturbações que ela implica são radicais para o tecido social e para as mentalidades. Assiste-se à “prostitucionalização” de regiões inteiras do globo e a uma “pornograficização” dos imaginários sociais, não somente dos sistemas de representações, mas também de certas maneiras de pensar e agir.

A legalização (regulamentação) da indústria da prostituição, aí compreendida a do proxenetismo, tem como efeito engendrar um crescimento notável das indústrias do sexo e, em consequência, compreende a expansão do tráfico para fins de prostituição. Os índices dos Países Baixos mostram bem a expansão dessa indústria e o crescimento desse tráfico: 2.500 pessoas prostituídas em 1981, 10 mil em 1985, 20 mil em 1989 e 30 mil em 2004; há 2 mil bordéis no país e pelo menos 7 mil locais em que se realiza o comércio do sexo; 80% das pessoas prostituídas vieram do exterior e 70% entre elas não possuem documentos, vítimas que foram do tráfico; em 1960, 95% dessas pessoas eram neerlandesas que, em 1999, não constituíam mais que 20%. Nesse país, previa-se que a legalização pusesse fim ao envolvimento de menores, mas a Organização pelos Direitos da Criança, sediada em Amsterdã, estima que, ao contrário, o número de menores que se prostituem passou de 4 mil, em 1996, para 15 mil, em 2001, dos quais pelo menos 5 mil são de origem estrangeira. Durante o primeiro ano da legalização nos Países Baixos, as indústrias do sexo tiveram um crescimento de 25% (Daley, 2001).

Na Dinamarca, durante o último decênio, o número de pessoas prostituídas de origem estrangeira, vítimas do tráfico, foi multiplicado por dez. Na Áustria, elas são 90% e, na Itália, entre 67% e 80% das pessoas prostituídas (Covre e Paradiso, 2000). Na Alemanha, elas constituem entre 75% e 85%. Em 2003, na Grécia, estimou-se em 20 mil/ano as vítimas do tráfico para fins de prostituição, enquanto, no início do decênio precedente, elas eram 2.100/ano. De 1990 a 2000, 77.500 jovens mulheres estrangeiras foram negociadas por traficantes. Essas jovens, freqüentemente menores, são compradas nos mercados balcânicos a 500 euros. Há dez anos, o número de pessoas prostituídas de origem grega era estimado em 3.400; hoje, esse número permanece mais ou menos o mesmo, mas, com a explosão da indústria da prostituição, o número das de origem estrangeira foi multiplicado por quatro (Mitralias, 2003). As políticas governamentais são um fator decisivo na proliferação dessa indústria e do tráfico, que é um corolário dela, assim como em sua rentabilidade.

3. A PAUPERIZAÇÃO DE DIVERSAS REGIÕES DO GLOBO CRIA AS CONDIÇÕES PROPÍCIAS A TODAS AS FORMAS DE TRÁFICO, COMÉRCIO E PROSTITUIÇÃO DE SERES HUMANOS

Os dados mais significativos provêm principalmente dos países do Sul e do Oriente. No âmbito dessas regiões, a desordem das estruturas sociais, devida ao triunfo da economia capitalista neoliberal, afeta enormemente as zonas rurais, instiga o êxodo rural, favorece a economia informal, notadamente as indústrias do sexo, e as desestruturações sociais. Ainda assim, a ampliação da economia de mercado e o crescimento das desigualdades sociais, para os quais

contribuem também os programas de ajuste estrutural, o endividamento considerável dos Estados, bem como a “financeirização” da economia estão longe de excluir ou de marginalizar suas vítimas. A globalização tira mesmo vantagem em “produzi-las” para seu maior proveito. Os abandonados à própria sorte – em grande parte mulheres e crianças – são na realidade “a fonte das rendas mais fortes da economia globalizada” (Maillard, 2001, 60).

4. A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA ACENTUOU A DESIGUALDADE DE DESENVOLVIMENTO ENTRE OS PAÍSES, O QUE PRODUZIU UMA PRESSÃO SIGNIFICATIVA EM FAVOR DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

A globalização caracteriza-se por uma femininização cada vez maior das migrações. A Divisão de População da ONU (Organização das Nações Unidas) estima que o número total de mulheres vivendo fora de seus países equivale a 48% do conjunto dos migrantes. A globalização se traduz pela femininização da pobreza: do 1,3 bilhão de pessoas que vivem na pobreza absoluta, 70% são mulheres. Paralelamente ao impulso verificado na prostituição local ligada às migrações do campo para as cidades, centenas de milhares de jovens mulheres são transportadas aos centros urbanos do Japão, da Europa Ocidental e da América do Norte para “oferecer serviços sexuais”. Nos lugares onde a indústria da prostituição é muito desenvolvida, aí compreendidos os países dependentes, os circuitos de tráfico mundial atuam num vaivém estonteante. Por exemplo, em 1994, estimava-se em 10 mil o número de pessoas originárias da Europa Oriental operando na Tailândia. Em contrapartida, as pessoas prostituídas tailandesas são numerosas nos países capitalistas

dominantes: em 1996 elas eram 60% da indústria japonesa do sexo. Essas realidades definem as condições e a extensão da globalização capitalista atual para as mulheres e crianças vítimas da indústria do sexo. As prostitutas estrangeiras situam-se evidentemente na base da hierarquia da prostituição; são isoladas social e culturalmente, e exercem sua função nas piores condições possíveis, estando todas sujeitas a diferentes formas de violência, tanto no cotidiano da atividade como em seu transporte de um país a outro³.

5. A INDUSTRIALIZAÇÃO DO COMÉRCIO SEXUAL INDUZIU O DESENVOLVIMENTO DE UMA PRODUÇÃO EM MASSA DE “BENS” E DE “SERVIÇOS SEXUAIS” QUE GEROU UMA DIVISÃO REGIONAL E INTERNACIONAL DO TRABALHO

Esses “bens” consistem em seres humanos prostituídos. Essa indústria, que desabrocha em um mercado globalizado que integra, ao mesmo tempo, o nível local e o nível regional, tornou-se uma força econômica da qual não se pode definir o perfil. A prostituição e as indústrias do sexo inerentes – os bares, os clubes noturnos, os salões de massagem, as produtoras de pornografia etc. – apóiam-se em uma economia subterrânea massiva controlada por proxenetas ligados ao crime organizado e beneficiam policiais corruptos. As cadeias hoteleiras internacionais, as companhias aéreas e a indústria do turismo lucram em larga escala

³ Paralelamente, assistimos a uma criminalização das migrações, o que afeta particularmente as mulheres vítimas do tráfico para fins de prostituição. Ver, a respeito, Poulin (2005, 76-78), assim como o artigo de CHIAROTTI, Susana (Traite des femmes en Amérique Latine; migrations et droits humains. In: POULIN, Richard (coord.). Alternatives Sud, vol. 12-2005/3. Centre Tricontinental et Editions Sylepse, Louvain-la Nelve, Paris, 2005. Publicado neste número.

com a indústria do comércio sexual. Os próprios governos se beneficiam: em 1995, calculou-se que as rendas da prostituição na Tailândia constituíram entre 59% e 60% do orçamento desse país. Não é sem razão que esse governo fazia, em 1987, a promoção do turismo sexual nestes termos: “A única fruta da Tailândia mais deliciosa que o *durian* (uma fruta local) são as jovens mulheres” (Santos, 1999).

6. APESAR DISSO, A GRANDÍSSIMA MAIORIA DAS ANÁLISES DA GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA NÃO LEVA EM CONTA O IMPACTO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO SEXUAL SOBRE AS SOCIEDADES E SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Na importantíssima literatura produzida sobre o assunto, boa parte dos aspectos foram examinados – privatização, “financeirização”, ajuste estrutural, desregulamentação, enriquecimento e empobrecimento, aumento das desigualdades, neoliberalismo, redução dos orçamentos sociais, programas de austeridade, paraísos fiscais etc. –, mas raros são os estudos que integram, na dinâmica da globalização, o vôo alçado pelas indústrias do sexo⁴. Portanto, o processo de mercantilização de bens e serviços, e mais particularmente a comercialização de seres vivos, aí compreendidos corpos e sexos, assim como a monetarização das relações sociais estão no núcleo da atual acumulação capitalista. E “*a mercantilização do ser vivo é explorada pelas máfias*” (Passet et Liberman, 2002, 38). Muitos oponentes da globalização neoliberal e da ampliação do “reino” da mercadoria defendem a libera-

⁴ Uma exceção notável: Attac France (2003) desenvolveu uma posição política abolicionista sobre a questão.

lização das indústrias do sexo. Como se o capitalismo não tivesse recuperado o sexo e encontrado “*vocação [...] para mercantilizar o desejo, notadamente o da liberação, e por isso mesmo para recuperá-lo e enquadrá-lo*” (Boltanski et Chiapello, 2002, 226). A globalização neoliberal favorece a penetração da mercadoria no domínio dos costumes e os revoluciona, tendo efeitos consideráveis, mas pouco conhecidos, sobre os códigos sociais assim como sobre o psiquismo humano e as relações entre os homens e as mulheres. A “liberdade sexual” é doravante “um valor mercadológico e um elemento dos costumes sociais”. “O prazer sob essa forma engendra a submissão” (Marcuse, 1968, 108), particularmente para as mulheres e as crianças transmutadas em mercadorias sexuais.

7. A PROSTITUIÇÃO É UMA ATIVIDADE TRADICIONAL DO CRIME ORGANIZADO E A EXPLOSÃO DOS MERCADOS SEXUAIS É AMPLAMENTE CONTROLADA POR ELE

Isso não se deve ao fato de a prostituição ser ilegal ou proibida. Nos países em que ela é legal (Alemanha, Países Baixos, Suíça, Grécia), naqueles em que os bordéis são propriedades do Estado (Turquia, Indonésia) ou naqueles que a reconhecem como uma indústria vital para a economia nacional (Tailândia, Filipinas), o papel do crime organizado torna-se fundamental na organização dos mercados. Daí que a violência seja decisiva na produção das “mercadorias sexuais”, que são as pessoas prostituídas. “*Em vinte dias, pode-se submeter qualquer mulher e transformá-la em prostituta*”, relata uma responsável búlgara de uma casa de reintegração (apud Chaleil, 2002, 498). O rapto, a violação, a sujeição – existem locais para a sujeição não somente nos países do Sul mas também nos Bálcãs, na Europa Central e na Itália,

onde ela é chamada de “treinamento” –, o terror e o homicídio premeditado não param de alimentar e prolongar essa indústria. Tudo isso é fundamental não somente para o desenvolvimento dos mercados, mas igualmente para a própria “fabricação” das “mercadorias”, pois contribui para tornar “funcionais” as pessoas prostituídas, já que essa indústria exige a disponibilidade total dos corpos.

A criminalidade financeira e econômica, assim como todas as outras formas de criminalidade, não é um fenômeno marginal que se enxerta na globalização capitalista. Como ressalta Jean de Maillard (2001), ela é consubstancial à globalização neoliberal e a seu princípio de desregulamentação. Os organismos financeiros mais “honoráveis” participam das operações de lavagem, que são, de fato, um modo de legalização dos lucros da criminalidade. Os Estados, mesmo não legalizando tais atividades, de todo modo tiram delas benefícios consideráveis. O “produto criminoso bruto” é avaliado em 15% do comércio mundial (Passet et Liberman, 2002, 60). Assiste-se atualmente a uma forte expansão das organizações criminosas lançadas no tráfico de seres humanos. De fato, entre os setores de atividade do crime organizado, o tráfico é o segmento que cresce mais rapidamente.

8. A PROSTITUIÇÃO BASEIA-SE NA VIOLÊNCIA, NUTRE-SE DELA E A AMPLIA

As violências contra as pessoas prostituídas são múltiplas e freqüentemente inomináveis. A primeira violência é intrínseca à prostituição: a coisificação e a mercantilização têm por função a submissão dos sexos à satisfação dos prazeres sexuais do outro. A segunda lhe é igualmente inerente: uma pessoa se torna prostituída em conseqüência de violências sexuais – se-

gundo diferentes estudos, entre 80% e 90% das pessoas prostituídas no Ocidente foram agredidas sexualmente em sua juventude⁵ – físicas, psíquicas, sociais e econômicas. A terceira violência está ligada à expansão da prostituição e do tráfico para essa finalidade e à degradação consecutiva das condições nas quais evoluem as pessoas prostituídas. A ampliação do campo monetário compreende “a transformação em mercadoria daquilo que não é produzido para ser mercadoria” (Gauron, 2002, 34). Esse processo de mercantilização opera-se ao preço de uma tensão e de uma violência consideráveis. Isso se observa mais nitidamente na transformação do ser humano em mercadoria. Desde a apropriação privada dos corpos, sua transmutação em mercadorias até seu consumo é necessário o emprego da força.

A violência é constitutiva da mercantilização dos seres humanos e de seus corpos. Os métodos de recrutamento dos proxenetas não são o simples acréscimo de condutas privadas e “abusivas”, mas inserem-se num sistema estruturado que necessita da violência. A brutalidade de um número significativo de clientes deriva do fato de que a transação venal lhes confere uma posição de poder. Um estudo sobre as pessoas prostituídas de rua na Inglaterra estabeleceu que 87% delas foram vítimas de violência nos doze meses precedentes; 43% sofrem as conseqüências de abusos graves (Miller, 1995). Uma pesquisa realizada em Chicago demonstrou que 21,4% das mulheres que trabalham como garotas de programa e dançarinas *strippers* foram violadas mais de dez vezes (Boulet, 2002). Um estudo norte-americano realizado em Minneapolis revelou que 78% das pessoas prosti-

⁵ Segundo a mais recente pesquisa realizada no Quebec pela antropóloga Rose Dufour (2005), 85% das mulheres prostituídas sofrem agressões sexuais durante a juventude.

tuídas foram vítimas de violação por proxenetas e clientes, em média 49 vezes por ano; 48% foram arrancadas à força de seus lugares de origem e transportadas para outro estado e 27% foram mutiladas (Raymond, 1999). Cerca de 75% das garotas de programa fizeram uma tentativa de suicídio (Chester, 1994). As mulheres e meninas aliciadas para a prostituição no Canadá conhecem uma taxa de mortalidade quarenta vezes superior à média nacional. A média de idade de entrada nessa atividade na América do Norte é de 13 ou 14 anos (Giobbe, 1992; John Howard Society of Alberta, 2001). Em tais condições, será possível sustentar que há realmente uma prostituição “livre”, voluntariamente escolhida?

Alguns bordéis legais de Nevada e do Novo México, nos Estados Unidos, possuem espaços gradeados, cães, vigilantes, como se não passassem de um universo carcerário onde as pessoas prostituídas estão em situação de detenção ou de escravidão. Em Hamburgo, o acesso a certos espaços reservados à prostituição são fechados por barreiras. Em Istambul, a entrada dos *genelevs* (complexos de lupanares) é vigiada. Em Calcutá, pessoas prostituídas são soltas de uma jaula para divertir turistas sexuais. O proprietário de uma boate, no nordeste da Bósnia, instalou-se em meio a campos minados que têm uma única via de acesso. Não é possível a evasão. Vigilantes também espreitam as saídas.

A prostituição, por assim dizer, “livre” surge do liberalismo, e não da liberdade. Entre 85% e 90% das pessoas prostituídas estão sob o poder de um proxeneta ou de um conjunto de proxenetas⁶. Devido ao desequilíbrio das relações de forças e às discriminações sistêmicas, o direito contratual

⁶ A respeito deste dado, ver entre outros Chaleil (2002), Giobbe et al (1990) e Hunter (1994).

liberal, em que duas pessoas juridicamente iguais firmam um contrato, é, nesse domínio como em outros, um instrumento de servidão e dependência. As pessoas submetidas ao poder mercantil masculino são restritas às suas regras e a seu funcionamento. O direito de alguém de se dedicar à prostituição e de permitir que outro se aproveite da renda que extrai dessa atividade é, na ótica liberal, normatizado. A lei alemã de legalização da prostituição estimula o tráfico, via agências internacionais de casamento, e permite que uma cônjuge de cidadão alemão nascida no estrangeiro se prostitua e que seu marido viva com a renda proveniente disso.

A globalização dos mercados é, em todos os textos internacionais ou europeus, não somente um valor admitido e comum, mas igualmente um valor a promover. A mercantilização de seres humanos é autorizada, com a condição de que não seja “abusiva” ou “forçada” sob certas condições. Formas legais do tráfico são permitidas, mesmo em países onde a prostituição é ilegal. Diversos Estados liberam vistos de artista para dançarinas *strippers*, recrutadas na Europa Oriental e no Sudeste Asiático, que são rapidamente colocadas no mercado da prostituição, quando os bares onde elas atuam não são, eles próprios, os locais de prostituição. As agências internacionais de encontros e de casamentos com as “beldades” eslavas e as asiáticas “exóticas” fazem negócios de ouro nos países capitalistas dominantes. A prostituição não é mais considerada uma forma de submissão do sexo feminino aos homens, ao sistema patriarcal; ela é doravante um “direito” e uma “liberdade”. Os anos 1990 foram caracterizados pela legitimação da mercantilização sexual de mulheres e crianças para proveito do sistema de prostituição, em nome da efetivação de certas modalidades de sua regulação.

9. AS MULHERES E AS CRIANÇAS DAS MINORIAS SÃO VÍTIMAS DA INDÚSTRIA SEXUAL MUNDIAL DE MANEIRA DESPROPORCIONAL EM RELAÇÃO À PARTE QUE CONSTITUEM NA POPULAÇÃO

Esse é notadamente o caso das minorias étnicas e das tribos da província de Yunan, na China, e das minorias étnicas do norte da Tailândia e de Mianmar. Entre 1990 e 1997, cerca de 80 mil mulheres e crianças originárias da região do Mekong ou pertencentes às etnias que habitam a fronteira entre a Tailândia e Mianmar foram recrutadas pela indústria da prostituição para atuarem na Tailândia. As pessoas originárias da minoria húngara da Romênia, da minoria russa dos países bálticos e das minorias ciganas que vivem um pouco em cada parte da Europa Oriental são “sobre-representadas” entre as pessoas prostituídas em seu próprio país, assim como na Europa Ocidental. As autóctones do Canadá e as de numerosos países latino-americanos são igualmente “sobre-representadas” entre as pessoas prostituídas de seus respectivos países. Em escala mundial, os clientes do Norte usufruem de mulheres e crianças do Sul e do Oriente, assim como de mulheres e crianças das minorias étnicas ou nacionais. No Sul, os clientes nacionais exploram mulheres e crianças de minorias nacionais.

10. O DESDOBRAMENTO MASSIVO ATUAL DA PROSTITUIÇÃO É UM EFEITO, ENTRE OUTROS, DA PRESENÇA DE MILITARES ENGAJADOS EM GUERRAS OU EM OCUPAÇÕES DE TERRITÓRIOS

A mais importante indústria da prostituição do Sudeste Asiático decolou graças às guerras da Coreia e do Vietnã e ao estacionamento de tropas ocidentais nos países limítrofes, notadamente na Tailândia e nas Filipinas. O significativo crescimento da prostituição local permitiu o estabelecimento

da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do turismo sexual, graças principalmente à disponibilidade da “mão-de-obra” gerada pela presença militar⁷. Lazeres mais importantes, facilidades de comunicação e de deslocamento para o estrangeiro, a construção social, mediante a pornografia, de uma imagem exótica e sensual das pessoas prostituídas da Ásia – que seriam, devido à sua cultura, sexualmente maduras a despeito de sua jovem idade – e políticas governamentais favoráveis ao turismo sexual contribuíram para a explosão dessa indústria. Nos anos 1990, 18 mil coreanas prostituídas estavam a serviço dos 43 mil soldados norte-americanos estacionados na Coreia. Hoje, 8.500 mulheres, originárias sobretudo das Filipinas e da Rússia, são vítimas do tráfico que serve esses militares no país. Elas puderam entrar no território coreano por meio de vistos de “entretenimento” liberados pelo governo após negociações com a associação de proprietários de bares das cidades-acampamentos (*camp-towns*).

Avalia-se que, entre 1937 e 1945, o exército japonês de ocupação utilizou entre 100 mil e 200 mil prostitutas coreanas encarceradas em “bordéis de reconforto”. Apenas alguns dias após a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, a Associação para a Criação de Facilidades Recreativas Especiais, financiada indiretamente pelo governo japonês, abriu um primeiro bordel de reconforto para os soldados norte-americanos. Em seu apogeu, essa Associação empregava 70 mil prostitutas japonesas. A OIM (Organi-

⁷ Os Estados Unidos concluíram uma espécie de acordo com a Tailândia em 1967 para que esse país fosse um lugar de “repouso e lazer” para seus soldados. Foi um general da Royal Air Force tailandesa que negociou o “acordo” que permitiu um afluxo enorme de divisas fortes na economia do país. Sua esposa dirigiu a primeira agência de *tours* sexuais da Tailândia para militares norte-americanos.

zação Internacional para as Migrações) avalia em 10 mil o número de pessoas prostituídas clandestinas na Bósnia. Essa organização estima que 250 mil mulheres e crianças da Europa Oriental são vítimas do tráfico via Sérvia e Estados vizinhos, das quais um grande número encontra-se dentro dos novos protetorados internacionais da Bósnia e de Kosovo, para servir soldados, policiais e membros de ONGs. A utilização de “facilidades recreativas” faz ainda parte das políticas do Pentágono. Imediatamente após a primeira guerra contra o Iraque, as tropas norte-americanas foram enviadas à Tailândia para espaircerem.

11. ENTRE 1 MILHÃO E DOIS MILHÕES DE MENORES JUNTAM-SE, A CADA ANO, NO MUNDO INTEIRO, ÀS FILEIRAS DAS VÍTIMAS DO TURISMO SEXUAL, OU SEJA, DA PROSTITUIÇÃO ORGANIZADA

Como se o planeta tivesse se tornado um imenso lupanar... O turismo é um dos setores mais importantes das economias dos países da Ásia e do Pacífico. Ele ocupa primeiro lugar, enquanto setor econômico e fonte de divisas, na Tailândia, na Austrália e na Nova Zelândia. Situa-se na segunda posição em Hong Kong, na Malásia e nas Filipinas, e na terceira em Cingapura e na Indonésia. Na Nova Zelândia, a indústria do turismo emprega mais de 200 mil pessoas; em Hong Kong emprega 12% da mão-de-obra e contribui para cerca de 7% da economia. O setor do turismo na Tailândia emprega mais de 1,5 milhão de pessoas, enquanto em Cingapura, segundo o FMI, o superávit na balança de pagamentos é devido ao excedente realizado por esse setor cuja participação na economia é de cerca de 10%. Todos os países mencionados acima são destinos do tráfico de mulheres e crianças para fins de prostituição. Em 1998,

o número estimado de alemães que se deslocavam para o exterior anualmente para relações sexuais com crianças, freqüentemente meninas no início da adolescência, era de aproximadamente 200 mil. Agências alemãs de encontros e casamentos oferecem igualmente menores russas. Avalia-se que, em 2003, 62% das crianças costa-riquenhas prostituídas foram utilizadas por turistas sexuais. Pelo menos 50 páginas da internet apresentam a Costa Rica como um paraíso sexual.

Num guia de viagem encontrava-se em destaque os dizeres: *“é mais fácil conseguir uma jovem tailandesa que comprar um maço de cigarros”* (Formoso, 2001). A atração suscitada pela Tailândia, o “país do sorriso”, sobre os estrangeiros não parou de crescer no decurso dos três últimos anos. Em 1970, contabilizaram-se 630 mil visitantes por ano; em 1980, 7,8 milhões; em 1995, o turismo criava 7,1 bilhões de dólares americanos de receita, sendo a primeira fonte de divisas estrangeiras e compondo 13% do PIB tailandês. Esse país era o primeiro destino dos que buscavam lazer no Sudeste Asiático. É constante, ali, a maior proporção de turistas homens, que constituem dois terços dos visitantes. Mesmo que o sexo venal com meninas e meninos tailandeses não seja necessariamente a principal motivação da estada, poucos se preservam dos bairros quentes, *“cujos guias turísticos apresentam as atrações como curiosidades locais, quando eles não induzem ao consumo, dando os ‘bons endereços’ ou insistindo na facilidade de acesso aos serviços sexuais”* (Formoso, 2001). Em 2001, 65% dos turistas que visitavam o Camboja eram homens; esse país é conhecido pela prostituição de crianças. Um turista sexual pode comprar um pacote que inclui vôos internacionais, hospedagem, festas privadas, massagens e a presença, todos os dias, da menina de sua escolha. As tarifas para uma semana: 7.500 euros para Moscou ou 6 mil para

Bancoc e Pattaya, ambas na Tailândia (Dozier, 2004). A banalização do turismo para fins de venalidade sexual é tal que o bordel australiano Daily Planet recebeu, em 1991, o prêmio de turismo de Vitória [província australiana] por sua contribuição à economia da região. Em 2001, em benefício do Grande Prêmio da Fórmula 1 da Hungria, para “bem servir” os turistas, as autoridades locais legalizaram a prostituição durante os três dias do evento.

O turismo sexual entranha a “prostitucionalização” do tecido social: para 5,4 milhões de usuários na Tailândia, anualmente, contabilizam-se doravante 450 mil clientes locais por dia (Jeffreys, 1999, 186-187). E 75% dos tailandeses são clientes. Mas essa atividade não se limita aos países do Sul ou do Leste. A Reeperbahn de Hamburgo e os bairros quentes de Amsterdã e de Roterdã são destinos bem conhecidos dos turistas sexuais. Os países que legalizaram a prostituição ou que a promovem tornaram-se pontos turísticos importantes. É igualmente a partir deles que ONGs nacionais militam nos âmbitos europeu e internacional pelo reconhecimento da prostituição como um “trabalho sexual”.

12. A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL É O OBJETIVO DO SISTEMA EM SUA TOTALIDADE E, EM PARTICULAR, DO SISTEMA PROXENETA QUE DOMINA E ORGANIZA A INDÚSTRIA DA PROSTITUIÇÃO

O dinheiro é, ao mesmo tempo, o que intermedeia as relações entre cliente e pessoa prostituída, e o objetivo da transação. Confere onipotência aos proxenetas e aos clientes e engendra a desvalorização das pessoas objetos da transação sexual. Na sociedade burguesa, as relações de poder são “ao mesmo tempo intencionais e não-subjetivas”; as relações de dominação e de sujeição são imanentes ao “domínio em

que se exercem” e “constitutivos da organização social”. São elas que produzem a sexualidade de nossas sociedades. “*Ironia desse dispositivo: ele nos faz crer que se trata de nossa ‘liberação’*”, sublinha Foucault (1976, 211). Caracterizada pela mercantilização, a venalidade sexual se concretiza, portanto, na objetivação, na sujeição enquanto objeto e na submissão a seu meio de troca, o dinheiro, cuja apropriação exige, ao mesmo tempo, alienação e despojamento.

A monetarização das relações sociais “*baseia-se na mercantilização extensiva das necessidades sociais, [e] o crescimento atual implica uma colonização das relações humanas e da cultura pelo dinheiro*” (Perret, 2000). De fato, as relações humanas estão cada vez mais submetidas ao dinheiro e à mercantilização. O triunfo do neoliberalismo nos anos 1980 permitiu uma aceleração da submissão das relações sociais à monetarização. Essa aceleração é traduzida por um impulso considerável das indústrias do sexo e por um discurso, surgido do liberalismo mais trivial, que legitima suas atividades. A monetarização se produz particularmente em detrimento das mulheres e crianças tornadas, às dezenas de milhões, “produtos” nos mercados sexuais, consumíveis e descartáveis após o uso.

13. O CRESCIMENTO DESENFREADO DAS INDÚSTRIAS DO SEXO TEM POR EFEITO RECOLOCAR EM CAUSA OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS, PRINCIPALMENTE OS DAS MULHERES E CRIANÇAS TORNADAS MERCADORIAS SEXUAIS

O *status* das mulheres e das crianças regrediu de fato gravemente. Doravante, nos diversos países dependentes, assim como naqueles do extinto bloco soviético, impactados pelas políticas de ajuste estrutural e pela economia de mercado, elas se tornaram novas matérias-primas (*new raw resources*

na literatura inglesa) exploráveis e exportáveis no quadro do desenvolvimento do comércio nacional e internacional. Do ponto de vista de seus proprietários, essas mulheres e crianças se caracterizam por uma dupla vantagem. Isso se traduz pela mercantilização não somente de seus corpos e dos sexos, mas igualmente pelo fato de serem vendidas sucessivamente a diferentes redes criminosas proxenetas e, depois, aos clientes, donde a idéia freqüente do aparecimento de uma nova forma de escravidão decorrente do tráfico que vitima milhões de mulheres e crianças.

O capitalismo neoliberal encontra sua expressão máxima no domínio das indústrias do sexo. Esse regime de acumulação estreitamente ligado às desregulamentações da globalização fortalece consideravelmente o sistema de opressão das mulheres e crianças e sua servidão para o prazer de outro, para o prazer masculino. Reduzindo as mulheres a uma mercadoria suscetível de ser comprada, vendida, alugada, apropriada, trocada ou adquirida, a prostituição afeta o gênero. Ela reforça a equação estabelecida pela sociedade entre mulher e sexo, reduzindo as mulheres a uma humanidade menor e contribuindo para mantê-las num *status* inferior em todo o mundo. A indústria do sexo é cada vez mais considerada uma indústria da diversão e a prostituição, um trabalho legítimo. Ela é, portanto, baseada numa violação sistêmica dos direitos humanos e uma opressão maior do gênero feminino.

14. OS VALORES LIBERAIS CONTAMINARAM PARTE IMPORTANTE DA ESQUERDA E DO MOVIMENTO DAS MULHERES

Foram os social-democratas e os verdes alemães que legalizaram a prostituição. Em nome da competitividade das empresas e dos déficits orçamentários, esses mesmos

partidos recolocam em causa as conquistas sociais. Sem inferir daqui o balanço dessa esquerda⁸ que, em nome de valores que surgem muito mais do liberalismo que do socialismo, se adaptou não somente aos “constrangimentos” capitalistas, mas alardeia as vantagens do mercado, é preciso destacar que sua aceitação de valores liberais lhe permitiu desempenhar, em certos países, um papel ativo na normatização das indústrias do sexo em nome da defesa das “trabalhadoras do sexo” e do “direito à autodeterminação individual”, portanto do direito à prostituição.

O movimento de mulheres está ele próprio doravante dividido sobre a questão da prostituição. As organizações de mulheres e as feministas liberais que defendem a descriminalização apóiam-se sobre a distinção entre “prostituição voluntária” e “prostituição forçada”. Para Elisabeth Badinter (2002), por exemplo, a prostituição se integra num “*direito caramente adquirido há apenas trinta anos (que) apela ao respeito de todos: a livre disposição do corpo*”. A distinção entre prostituição “livre” e “forçada” lhe permite denunciar o discurso de que as pessoas prostituídas são “*as vítimas da lógica econômica liberal e da dominação masculina própria do patriarcado*”. Qualificá-las de vítimas seria admitir a existência de uma opressão social estrutural, o que não é mais o caso: “[O] patriarcado [está] agornizando em nossas sociedades”.

Para os defensores da prostituição, certas afirmações reaparecem como *leitmotifs*. Primeiramente, a prostituição é, em geral, um “trabalho voluntariamente escolhido”; em segundo lugar, ela é equivalente a um emprego no setor

⁸ Ver, a respeito desse balanço, o livro de Serge Denis (2003). Este texto pouco conhecido dos europeus mereceria estar em mais alto grau.

de serviços, pois implica a simples venda de um serviço sexual; em terceiro lugar, as restrições legais à prostituição constituem uma violação dos direitos civis, notadamente daquele de poder escolher livremente seu emprego. Enfim, a legalização colocaria fim à estigmatização da “profissão”, que se tornaria normatizada como simples “trabalho do sexo”, e conferiria direitos sociais às pessoas prostituídas. Mas, nos países onde a prostituição foi legalizada, as pessoas prostituídas que se registram para ter acesso a uma proteção social são muito minoritárias: 4% nos Países Baixos, entre 5% e 8% na Alemanha, entre 6% e 10% em Viena (Áustria), 7% em Atenas (Grécia) etc.

A prostituição, seja ela legal ou ilegal, assim como as outras indústrias do sexo, não é organizada pelas pessoas prostituídas; ela as mercantiliza e as monetariza. É organizada por um sistema proxeneta em favor dos clientes. Onde estão, portanto, os proxenetas e os clientes dentro da proposta de defensores da prostituição? No melhor dos casos, os clientes não aparecem senão como partes contratantes da troca, como consumidores. Eles têm o “direito” de consumir as pessoas prostituídas, pois isso é dado pelo direito contratual burguês: é um acordo feito entre duas pessoas que consentem (como se a terceira pessoa, o proxeneta, jamais estivesse implicada). Por que não defender um outro direito do consumidor, o de ter renovada a mercadoria periodicamente – o tráfico para fins de prostituição não serve precisamente para isso? Com efeito, esse tráfico não lhes coloca problema, já que é considerado, também ele, “voluntário” e é assimilado à migração de “trabalhadoras do sexo”. Quem sabe, eles tenham o direito igualmente a uma mercadoria de qualidade superior? Na Alemanha, todas as empresas de quinze empregados ou mais, aí incluí-

dos os bordéis, devem agora obrigatoriamente “contratar” aprendizes sob pena de penalidades financeiras! Que pessoa sensata encorajaria uma adolescente qualquer a fazer aprendizado num *Eros center*?

Definir a prostituição ou o tráfico para fins de prostituição como opressão ou ausência de opressão implica não ser mais necessário analisar a prostituição enquanto tal: seu sentido, seus mecanismos, seus laços com o crime organizado, sua inscrição nas relações mercantis e patriarcais, seu papel na opressão das mulheres etc. A legitimação da prostituição passa por essa operação de redução liberal. Foi em 1993 que a União Européia e as organizações internacionais começaram a usar a expressão “prostituição forçada”. Desde então, os documentos internacionais e europeus não se colocam senão contra certas formas do tráfico para “fins de exploração sexual”. Com a negação do laço entre o tráfico e a prostituição, fonte do tráfico, os países que legalizaram esse “serviço” podem aderir às novas convenções que condenam certas formas de tráfico (do ponto de vista da criminalidade transnacional, e não da prostituição das mulheres). Combater unicamente o tráfico é reprimir a transferência de pessoas prostituídas entre os países, e não lutar contra sua prostituição⁹. Isso é ainda mais verdadeiro, pois

⁹ A Alemanha, os Países Baixos e a Suíça fazem não somente da prostituição um “trabalho como outro”, mas igualmente a promoção da “preferência nacional” no mercado da prostituição. Uma cidadã ou uma pessoa estrangeira em situação regular (casada com um cidadão do país) tem o “direito de se prostituir”. Às outras é recusado esse “direito”. Elas não podem, assim, beneficiar-se dos direitos sociais acordados pelo Estado para as “trabalhadoras do sexo”. Contra a concorrência das pessoas prostituídas estrangeiras, que chegam massivamente ao mercado e que “reduzem o preço”, se elevam vozes deplorando sua escravidão sexual, sua prostituição “forçada” e exigindo sua “liberação”! A internacionalização das indústrias do sexo é acompanhada nesse início do novo milênio de uma “nacionalização” do “direito à prostituição”.

concerne apenas às formas mais abusivas do tráfico, e não ao tráfico em si.

15. É INÚTIL LUTAR CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS SEM COMBATER O SISTEMA DE PROSTITUIÇÃO QUE O CAUSA

A oficialização institucional (legalização) dos mercados do sexo fortalece as atividades da organização proxeneta e do crime organizado. Essa consolidação, acompanhada de um crescimento importante das atividades de prostituição e de tráfico, implica uma degradação não somente da condição geral das mulheres e crianças, mas também, em particular, das pessoas prostituídas e das vítimas do tráfico para fins de prostituição, estas últimas estando geralmente criminalizadas enquanto imigrantes clandestinas. A luta contra a prostituição e o tráfico relacionado a ela inscreve-se no objetivo mais geral de luta pela igualdade das mulheres e dos homens. Essa igualdade ficará inacessível enquanto os homens comprarem, venderem e explorarem mulheres e crianças, prostituindo-as.

O abolicionismo feminista representa uma resistência a essa mercantilização sexual; é um elemento fundamental da luta contra o neoliberalismo, a privatização do ser vivo, a globalização capitalista e o sistema proxeneta planetário. Esse abolicionismo se opõe à monetarização das relações sociais e à mercantilização do sexo de seres humanos. É a única posição jurídica, filosófica e política que pode permitir a contestação da ordem mercantil e sexista tal como ela se apresenta na indústria globalizada do comércio do sexo. É baseada no caráter inalienável do corpo humano. O abolicionismo tradicional visa à “abolição” dos regulamentos sobre as pessoas prostituídas, e não à abolição da prostituição.

ção, e não se coloca contra uma das causas da prostituição: os clientes (a demanda)¹⁰. Ele não desenvolveu, ademais, as políticas sociais que permitissem às pessoas prostituídas escapar ao sistema prostitucional¹¹. Esse abolicionismo, que fundamenta o sistema jurídico de diversos Estados, deve portanto ser repensado e reatualizado.

¹⁰ A política neo-abolicionista da Suécia ataca aqueles que lucram com a prostituição, aí incluídos os clientes. A particularidade da nova lei sobre a prostituição é de se inscrever numa lei mais importante, chamada em francês “A paz das mulheres”, que concerne à violência contra as mulheres. A prostituição é assimilada a uma violência relacionada às mulheres. Depois da adoção da lei, a Suécia é um dos únicos países a ter conhecido uma redução marcante da prostituição em um território e a ter escapado ao tráfico de mulheres e crianças. Ver, a respeito, Poulin (2005) e Ngalikpima (2005).

¹¹ Um estudo do Conselho do Status da Mulher de Quebec demonstrou que “92% das prostitutas deixariam a prostituição se elas pudessem” (apud Audet, 2002).

BIBLIOGRAFIA

- ATTAC (2003). *Quand les femmes se heurtent à la mondialisation*. Paris, Mille et une nuits.
- AUDET, Éline (2002), *La prostitution: droits des femmes ou droit aux femmes?* Montréal, Sisyphé, 26 septembre 2002. [Site acessado em 22 abril 2003, <http://sisyphe.org/article.php3?id_article=102.>]
- BADINTER, Élisabeth (2002). “Rendons la parole aux prostituées”, *Le Monde*, 31 juillet.
- BOLTANSKI, Luc et Chiapello, Éve (2002). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard.
- BOULET, Elsa (2002). *Rapport sur la prostitution à Chicago*. Paris, Les Pénelopes, octobre. [Site acessado em 27 fevereiro 2003: <www.penelopes.org/xarticle.php3id_article=2296.>]
- CHALEIL, Max (2002). *Prostitution, Le désir mystifié*. Paris, Parangon.
- CHESTER, Phillis (1994). *Patriarchy. Notes of an Expert Witness*, Monroe, Common Courage Press.
- COMMISSION DES DROITS DE LA FEMME ET DE L'ÉGALITÉ DES CHANCES (2003). *Communication aux membres. Objet: principales activités au cours de la cinquième législature*. Parlement européen, Direction générale des commissions et délégations, 25 septembre, CM\505949FR.doc, PE 331.511/rev.
- COVRE, Pia, avec PARADISO, Rosanna (2000). *Southern Regional Report. Parts I et II* [Site acessado em 3 abril 2003: <www.med.ic.ac.uk/divisions/60/europapnew/regional/southern_regional.htm.>]
- DALEY, Suzanne (2001). “New rights for Dutch prostitutes, but no gain”, *New York Times*, August 12: A1 et A4.
- DENIS, Serge (2003). *Social-démocratie et mouvements ouvriers. La fin de l'histoire?*, Montréal, Boréal.
- DEMIR, Jenna Shearer (2003). *Trafficking of women for sexual exploitation: a gender-based well-founded fear? An examination of refugee status determination for trafficked prostituted women from CEE/CIS countries to Western Europe* [Site acessado em 10 outubro 2003: www.antislavery.org/homepage/traffic/%20news/shearerdemir2004.pdf.]

- DOZIER, Marc (2004). “Les dessous du tourisme sexuel”, *Les Grands Reportages*, n. 269, juin.
- DUFOUR, ROSE (2005). *Je vous salue... Le point zéro de la prostitution*. Sainte-Foy, Multimondes.
- DUSCH, Sabine (2002). *Le trafic d'êtres humains*. Paris, Presses Universitaires de France.
- ERIKSSON, Marianne (2004), *Rapport sur les conséquences de l'industrie du sexe dans l'Union européenne*. Montréal, Sisyphe, 16 mai. [Site acessado em 12 outubro 2004: http://sisyphe.org/article.php3?id_article=1104].
- EUROPOL (2001), *Threat Assessment on Russian Organised Crime*, File n. 2520-31, June.
- FORMOSO, Bernard (2001). “Corps étranger. Tourisme et prostitution en Thaïlande”, *Anthropologie et Sociétés*, vol. 25, n. 2, 2001 : 55-70.
- FOUCAULT, Michel (1976), *Histoire de la sexualité*. t. 1. *La volonté de savoir*, Paris, Gallimard.
- GAURON, André (2002). *L'empire de l'argent*. Paris, Desclée de Brouwer.
- GIOBBE, E., (1992), Juvenil Prostitution: Profile of Recruitment, *Child Trauma I: Issues & Research*. New York, Garland.
- GIOBBE, E., Harrigan, M., Ryan, J. et Gamache, D. (1990). *Prostitution. A Matter of Violence against Women*. Whisper, Minneapolis, MN.
- HEALY, Grainne (2003). *Presentation by Grainne Healy Chair of EWL's Observatory on Violence against Women*. EWL Seminar on Trafficking and Prostitution – side event at CSW, 17 mars. [Site acessado em 20 março 2003: <www.womenlobby.org/Document.asp?DocID=566&tod=4931>.]
- HUNTER, S.K. (1994). “Prostitution is cruelty and abuse to women and children”, *Michigan Journal of Gender and Law*, n. 1 : 1-14.
- JEFFREYS, Sheila (1999). “Globalizing sexual exploitation. Sex tourism and the traffic in women”, *Leisure Studies*, vol. 18, n. 3, July : 179-196.
- KONRAD, Helga (2002). *Trafficking in Human Beings. The Ugly Face of Europ*, [en ligne], *European Conference on Preventing and Combating Trafficking in Human Beings Global Challenge for the 21st Century*, 18-20 September. [Site acessado em 22 março 2004: <www.belgium.iom.int/StopConference/Conference%20Papers/11.%20Konrad%20%20Paper%20EC-IOM%20STOP%20Conf.doc>.]
- JOHN HOWARD SOCIETY OF ALBERTA (2001). *Prostitution*. Research and Publication. [Site acessado em 6 março 2003: <www.johnhoward.ab.ca/PUB/prosиту.htm>.]

- LIM, Lin Lam (1998). *The Sex Sector, The Economic and Social Bases of Prostitution in Southeast Asia*. Geneva, OIT.
- LOUIS, Marie-Victoire (1997). “Le corps humain mis sur le marché”, *Le Monde diplomatique*, mars, 1997, p. 8.
- MAILLARD, Jean de (2001). *Le marché fait sa loi*. Paris, Mille et une nuits.
- MARCUSE, Herbert (1968), *L'homme unidimensionnel*. Paris, Seuil.
- MILLER, J. (1995). “Gender and power on the streets : Street prostitution in the era of crack cocaine”, *Journal of Contemporary Ethnography*, vol. 23, n° 4 : 427-452.
- MITRALIAS, Sonia (2003). *La traite des femmes en Grèce, un véritable enjeu de civilisation*. Paris, Les Pénélopes, 12 novembre. [Site acessado em 3 abril 2004: <www.penelopes.org/xarticle.php?id_article=4460>.]
- NGALIKPIMA, Matiada, dir., (2005). *L'esclavage sexuel: un défi à l'Europe*. Paris, Éditions de Paris et Fondation Scelles.
- PASSET, René et Liberman, Jean (2002). *Mondialisation financière et terrorisme*. Montréal, Écosociété.
- PERRET, Bernard (2000). “De la critique du marché à celle de l'argent”, *Esprit critique*, vol. 2, n. 10, octobre.
- POULIN, Richard (2005). *La mondialisation des industries du sexe*. Paris, Imago.
- RAYMOND, Janice (1999). *Health Effects of Prostitution*. The Coalition Against Trafficking in Women, Kingston, University of Rhode Island. [Site acessado em 1.º março 2001: <www.uri.edu/artsci/wms/Hugues/mhvhealth.htm>.]
- ROBINSON, L. N. (1998). *The Globalization of Female Child Prostitution*. Bloomington, Indiana University. [Site acessado em 4 junho 1999: <www.law.indiana.edu/lglj/vol5/no1/robinson.html>.]
- SANTOS, Aida F. (1999). *Globalization, Human Rights and Sexual Exploitation*. Kingston, University of Rhode Island, The Coalition Against Trafficking in Women. [Site acessado em 1.º março 2001: <www.uri.edu/artsci/wms/hugues/mhvglo.html>.]
- UNICEF (2001). *L'Unicef demande l'élimination de l'exploitation sexuelle des enfants à des fins commerciales*. New York, Unicef. [Site acessado em 1.º março 2002: <www.unicef.org/french/newsline/pr/2001/01pr_97fr.htm>.]

CONHEÇA A SOF

A SOF Sempreviva Organização Feminista contribui para consolidar um movimento feminista forjado nas lutas populares, que atua na conjuntura, gerando e alimentando alternativas à ordem neoliberal.

A SOF realiza atividades de formação, de construção do conhecimento, de fortalecimento de articulações, além de publicações. Apóia e assessora organizações de mulheres, movimentos sociais, ONGs e órgãos de governo. E também faz parte do movimento de mulheres, no Brasil, e da REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia) e da Marcha Mundial das Mulheres, no âmbito internacional.

Publicações

- *Folha Feminista*. Boletim mensal, 59 números editados. O movimento feminista e a situação das mulheres no Brasil e no mundo.
- *Gênero e Desigualdade* (1997, 52 p.). Primeiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 52 p., editado em 1997. Aborda a construção das relações sociais de gênero e sua dinâmica. (Esgotada)
- *Gênero e Agricultura Familiar* (1998, 68 p.). Segundo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Analisa a dinâmica das relações de gênero na agricultura familiar e o tratamento dado ao tema pelos movimentos sociais. (Esgotada)
- *Saúde das Trabalhadoras* (1998, 80 p.). Terceiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos. Enfoca a situação das trabalhadoras e a forma como se inserem no mercado de trabalho, considerando sobretudo a maternidade e as limitações impostas aos seus projetos profissionais.
- *Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista* (1998, 60 p.). Quarto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. É composto de três textos que analisam a construção histórica da sexualidade, propondo uma visão crítica do modelo dominante e apontando elementos e condições que permitirão, a homens e mulheres, viver uma sexualidade mais livre e menos definida pelo gênero.
- *Gênero e Educação* (1999, 76 p.). Quinto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Seus textos tratam das políticas educacionais, indagam sobre o papel da escola na construção de identidades de gênero e discutem

experiências na implantação de programas de consciência de gênero e educação sexual.

- *O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias* (1999, 120 p.). Sexto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. O trabalho das mulheres no contexto da hegemonia do neoliberalismo é o enfoque deste Caderno, mediante análises sobre a globalização, o trabalho doméstico e estudos de caso no universo urbano e rural.
- *Mulheres, Corpo e Saúde* (2000, 72 p.). Sétimo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos. Debate as relações entre as atuais estratégias de controle do corpo das mulheres e a fragmentação da saúde.
- *Gênero nas Políticas Públicas* (2000, 104 p.). Oitavo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Focaliza essencialmente as relações entre o feminismo e o Estado, abordando o contexto sócio-político das políticas públicas de gênero.
- *Economia Feminista* (2002, 103 p.). Nono volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Apresenta os paradigmas da teoria econômica e introduz a experiências concretas das mulheres, mostrando como o modo de as pessoas operarem no mercado não é unicamente racional e autônomo, mas marcado por desigualdades, normas culturais preconceituosas e relações de opressão e exploração.
- *A Produção do Viver* (2003, 104 p.). Décimo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Este Caderno segue apresentando os pressupostos da teoria econômica feminista, tendo desta vez como centro a reprodução e a sustentabilidade da vida humana. Na reflexão sobre as práticas econômicas das mulheres, traz artigos sobre as políticas de alimentação e a economia solidária.
- *Construir la igualdad* (2003, 74 p.). Debates feministas no Fórum Social Mundial. Co-editado com a REF, a REMTE e a Marcha Mundial das Mulheres, este Caderno apresenta as intervenções de militantes da REMTE e da Marcha Mundial das Mulheres em painéis e conferências realizadas no Fórum Social Mundial de 2003, documento preparatório e uma síntese do seminário “Alternativas feministas para outra economia”.
- *Feminismo e a luta das mulheres – análises e debates* (2005, 67 p.). Este livro reúne seis artigos elaborados por técnicas da SOF sobre temas de atuação da organização, como gênero nas políticas públicas, exclusão das mulheres na América Latina, direito ao corpo, o combate à violência sexista, as mulheres na agricultura familiar e na luta contra os transgênicos, e uma recuperação da história do 8 de março.

- *Um futuro sem violência* (2005, 23 p.). Cartilha co-editada com a Omir (Organização de Mulheres Indígenas de Roraima), apresenta a discussão realizada pelas mulheres dessa organização para compreender e traçar estratégias de enfrentamento à violência sexista nas comunidades indígenas e na relação com a sociedade nacional. (Esgotada)
- *Mulheres em luta por uma vida sem violência* (2005, 28 p.). Esta cartilha é um material de apoio para pessoas que querem debater e enfrentar a violência contra as mulheres. Uma importante referência são as ações realizadas pelas trabalhadoras rurais para compreender e superar este problema.

Vídeos e DVDs

- *Gênero, mentiras e videotape* (1996, 20 min., dir. de Lucila Meirelles). De maneira descontraída e bem-humorada, procura mostrar como as pessoas são educadas para serem homem ou mulher. Produção da SOF, Instituto Cajamar e TV dos Trabalhadores, com apoio da Croccevia.
- *Lançamento da Carta das Mulheres para a Humanidade* (2005, 10 min, dir. da equipe técnica da SOF, co-produzido com a Marcha Mundial das Mulheres). DVD que mostra a vitoriosa passeata de 8 de março de 2005, em São Paulo, quando mais de 30 mil mulheres, representando variados setores do movimento (jovens, lésbicas, trabalhadoras rurais e urbanas, sindicalistas, negras, donas de casa, categorias profissionais, mulheres de partidos políticos etc.), foram às ruas para o lançamento das ações internacionais da Marcha Mundial das Mulheres.

Outros materiais

A SOF produz folhetos, cartazes e outros materiais de campanhas específicas.

Informações, assinaturas e pedidos

Tel/fax: (011) 3819 3876 ou por carta à
 SOF Sempreviva Organização Feminista
 Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros
 CEP 05417-080 – São Paulo – SP – Brasil
 Correio eletrônico: sof@sof.org.br
<http://www.sof.org.br>